

Ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO IV – nº 31 – novembro e dezembro de 2010

RACISMO
XENOFOBIA
MISOGINIA
HOMOFOBIA

Campanha eleitoral
obscurantista
da oposição não impediu
eleição da 1ª mulher
presidenta da República
mas inaugurou onda
neoconservadora no País

A cantora portelense
ÁUREA MARTINS

CONSCIÊNCIA NEGRA Zumbi, João
Cândido, Jongo e Velha Guarda da
Portela: Sisejufe lembra de todos e
comemora sua contribuição cultural

PL 6613 Hora decisiva: o coordenador
executivo da Fenajufe Valter Nogueira
Alves e o diretor do Sisejufe Marcelo
Costa Neres pressionam deputados

ESPECIAL: A ANÁLISE DE LUIZ EDUARDO SOARES SOBRE A CRISE NO RIO DE JANEIRO



Matrículas abertas

Educação de Qualidade é para a vida toda.

Rede Mv1 - Parceria SISEJUFE

Descontos especiais nas mensalidades.

Venha nos conhecer.

Da Educação Infantil ao Vestibular

Tijuca | Em 3 endereços:

www.mv1.com.br

Rua Barão de Mesquita, 426 (Ensino Fundamental e Médio)

Rua Uruguai, 490 (Ensino Fundamental e Médio)

Rua José Higino, 367 (Educação Infantil)

Artigo

A técnica judiciária Nicolle Vargas, de Itaperuna, escreve sobre a situação dos mineiros que passaram 69 dias soterrados no Chile. **Página 4**

PCS

Categoria do Judiciário Federal no Rio promove ato público em frente à JF Rio Branco. **Página 5**

PCS

O ato público em Brasília, no dia 24 de novembro, em frente ao Supremo teve a participação de delegação do Rio; nos dias 1º e 2 de dezembro, diretores do Sisejufe estiveram em Brasília conversando com deputados sobre o PL 6613. **Páginas 6 e 7**

Jurídicas

Decisão do STJ favorece cônjuges de servidores aprovados em concurso em outro estado. **Página 8**

Oficina Literária

Nossa colaboradora Marlene Lima, servidora aposentada do TRT, conta uma breve história da menina Lucinha, de sua bicicleta Belle e de um frei muito safado. **Página 9**

Núcleo

A diretora sindical Lucilene Lima, coordenadora do Núcleo de Aposentados e Pensionistas, palestrou no Programa de Preparação para a Aposentadoria da Justiça Federal. **Página 10**

Núcleos

Dia 30 de novembro aconteceu o último encontro mensal de 2010 do Núcleo de Aposentados e Pensionistas com a palestra de Sandra Rabello, coordenadora das atividades de extensão da Universidade Aberta da Terceira Idade. **Página 11**

A cidade em conflito

Ideias em Revista publica uma análise aprofundada da crise no Rio de Janeiro com os ataques incendiários do narcotráfico e a resposta das forças de segurança, que tomaram a Vila Cruzeiro e o Complexo do Alemão, no final de novembro. O autor é o ex-secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares. O Sisejufe, em outubro, apoiou um seminário que tratou do tema da violência urbana e propôs soluções. **Páginas 12 a 17**

Internacional

Nossos colaboradores Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá, de São Paulo, escrevem sobre o movimento pendular das democracias latino-americanas entre a esquerda e a direita. **Página 18 e 19**

Gênero

Com autorização do site da revista CartaCapital, Ideias publica a entrevista da repórter Paula Thomaz com a cientista social Tatau Godinho. Na conversa, Tatau discute a situação da mulher hoje na política no momento em que o País recém elegeu sua primeira presidenta da República. **Páginas centrais**



A escalada conservadora

Henri Figueiredo tece uma teia de ideias que relaciona a onda neocon no Brasil com movimentos autoritários recívidos no Exterior. Nesse contexto, se intensificam ataques a imigrantes, negros, homossexuais, mulheres em ascensão política e às vozes independentes que desafiam a hegemonia midiática de poucas famílias. **Páginas 22 e 23**

Cultura

No segundo artigo de sua trilogia sobre a cultura popular no Rio, a coordenadora executiva da ONG Jongo da Serrinha, Dyonne Boy, conta como a comunidade da Serrinha, em Madureira, pulsa cultura e resistência em meio à violência da guerra do tráfico. **Páginas 24 e 25**

Cultura

Nosso diretor Roberto Ponciano conclama à família do Judiciário Federal a se confraternizar no 19º Botequim do Sisejufe com a Velha Guarda da Portela no Encontro da Família Portelense. Em seu artigo, Ponciano demonstra que não há quem não conheça ao menos três ou quatro sambas clássicos da Portela. **Página 26**

Questão Racial

Em 20 de novembro, 315 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Em 22 de novembro, um século da Revolta da Chibata, do Almirante Negro João Cândido. A Secretária Nacional de Combate ao Racismo da CUT, Maria Júlia Nogueira, escreve sobre o significado do mês da Consciência Negra. **Página 27**

Análise

O professor do Departamento de Espanhol e Português da Tulane University, de Nova Orleans, Idelber Avelar, afirma que a discussão sobre se há ou não racismo em Monteiro Lobato é “uma falsa polêmica”. **Páginas 28 e 29**

Humor

Nosso irredentista colaborador etílico-cultural Fulgêncio deita e rola com esse debate sobre se Pedrinho, Narizinho e, principalmente, a Emília cometem racismo com a Tia Nastácia. **Páginas 30 a 31**

Movimento Sindical

Em encontro acontecido em 30 de novembro, o presidente da CUT Nacional Artur Henrique criticou fortemente o discurso de corte de gastos da futura equipe econômica e cobrou do novo governo mais interlocução com os representantes da classe trabalhadora. **Página 32**

Movimento Social

Ideias em Revista visitou o Edifício Alcindo Guanabara, na Cinelândia, onde está instalada há três anos a Ocupação Manoel Congo – com 42 famílias. Conheça a história do primeiro prédio do INSS adquirido pelo governo estadual para abrigar famílias sem teto. **Página 33**

Democratização da Comunicação

Nossa colaboradora Tatiana Lima, em parceria com a Agência Pulsar, descreve como foi o Encontro da Associação Mundial das Rádios Comunitárias que elegeu, em novembro, na Argentina, sua primeira mulher para a Presidência. **Páginas 34 e 35**

Opinião

Próximo da aposentadoria, Paulo Roberto Tavela relata a realidade do trabalho dos oficiais de justiça avaliadores federais e prega contra a descaracterização laborativa crescente neste importante segmento do Judiciário. **Páginas 36 e 37**

Latuff

Ao olhar de nosso cartunista, o G-20, grupo das maiores economias do mundo, tem um interesse principal no planeta: o lucro. **Página 38**

De vítimas a heróis

Nicolle Drumond Vargas*

O recente episódio no Chile e seus mineiros me levou a refletir sobre a vida e a figura do herói. A primeira, efêmera; o segundo, cada vez mais raro. Acostumados aos “atos heroicos” dos filmes de Hollywood ou das novelas brasileiras, ficamos idealizando um tipo de herói que não existe: aquele que vem para salvar a cidade de uma catástrofe ou de um grande meteoro, ou ainda, aquele que salva a mocinha das garras de um vilão bandido. Mas, nesse lugar que vivemos não há espaço para idealismos, isso aqui se chama vida real e nela não é bem assim que funciona.

Com os valores atualmente tão invertidos, só valorizamos as pessoas por aquilo que elas tem ou podem nos dar em troca, caso contrário não servem para nada. O individualismo e o egoísmo alcançaram uma proporção nunca vista antes. Cada um só olha para o seu próprio umbigo e o “fazer o bem sem olhar a quem” é coisa do passado, pois estamos sempre de olho na nossa recompensa, senão nessa vida, na outra. Valorizamos as coisas e não as pessoas. O fator humano perdeu o seu valor.

Algo que muito me chamou a atenção no Chile foi a anterior falta de preocupação com a segurança, que existia até o dia do desmoronamento daquela mina. Aqueles homens, pais de família, já trabalhavam há muito em condições subumanas, e com certeza, sabiam das condições de risco que se encontravam. No entanto, para eles, acima de suas vidas, estava a sobrevivência de suas famílias com o salário que dali tiravam. Não sei precisar o quantitativo, mas o mínimo que fosse, já lhes trazia dignidade. E

Algo que muito me chamou a atenção no Chile foi a anterior falta de preocupação com a segurança, que existia até o dia do desmoronamento daquela mina. Aqueles homens, pais de família, já trabalhavam há muito em condições subumanas, e com certeza, sabiam das condições de risco que se encontravam

para os responsáveis, valia a máxima da lei capitalista: pagar menos, para se lucrar mais.

Diante disso, foram necessários 69 dias debaixo da terra para o mundo enxergar a situação que lhes acometia. Sessenta e nove dias não são sessenta e nove horas. Equivale a mais de 2 meses de privação do convívio social, do carinho dos familiares, do sol e de ausências que podem acompanhá-los para o resto de uma vida. Mas com fé e instinto de sobrevivência, eles se tornaram heróis do renascimento e mais: heróis de uma nação.

Abrindo um breve parêntese, parei e pensei: este é o tempo que se equivale mais ou menos aos dias de confinamento na casa mais vigiada do Brasil: a casa do Big Brother, e o Pedro Bial, com todo respeito, tem a coragem de chegar em frente à TV, em rede nacional, a iniciar o programa e dizer: “Como é que estão os nossos heróis?”. Que tipo de heroísmo é esse? Eu me



Foto: Internet

envergonho ao ouvir tamanha besteira. Estar numa casa, onde do lado de dentro tem camas *king size*, ar-condicionado e comida e do lado de fora tem piscina, festas temáticas toda semana, regadas a bebidas e sacanagem e ao sair de lá se ganha um prêmio de R\$ 1 milhão ou no mínimo alguns momentos de fama, onde está o heroísmo? Além disso, lá não se vê um mínimo de solidariedade entre os “brothers” participantes. É cada um por si, ninguém por todos, já que até o próprio colar do anjo é dado àquele que mais tarde pode te livrar de mais um paredão. Confinados? Sim, mas não por algo alheio às suas vontades. Outra prova de como estamos invertendo os valores essenciais da vida, de como nos esquecemos do segundo maior mandamento cristão: “Amar ao próximo como a si mesmo”.

Agora, que os olhos do mundo e da imprensa se voltaram para o Chile, acompanhando ao vivo pela TV a luta pela sobrevivência de 33 homens que viveram sob condições quase primitivas, assim como a solidariedade do povo chileno na tentativa de salvá-los, sem ter a certeza de que o resgate daria certo,

porque se calar diante de tantas misérias que assolam o planeta e fechar os olhos para tantos necessitados que aguardam gestos de heroísmos? Em cada lugar desse imenso planeta, existem pessoas vivendo em condições miseráveis, sem fazer ao menos uma refeição por dia. Nos vangloriamos de tantos avanços tecnológicos e descobertas, mas ainda não descobrimos uma maneira de acabar com a fome. Estamos sempre nos eximindo da responsabilidade, como se fosse algo que não está ao nosso alcance de resolver. Por que não, se toneladas de comidas apodrecem e são jogadas no lixo todos os dias, grande parte saindo de nossas casas, obrigando os famintos a irem procurá-la nos lixões? Por que achamos que o problema nunca é nosso? Muito fácil: porque nossas barrigas estão cheias. Então, o que será da vida dessas pessoas que passam muitas vezes mais de 69 dias a base de água e farinha, sem esperança da chegada de um herói, vivendo num constante paredão...

*Técnica judiciária.
Vara Federal de Itaperuna.



No ato público, os servidores decidiram que vão paralisar as atividades por duas horas em todos os locais de trabalho, das 12h às 14h. Agora é tudo ou nada. A palavra de ordem é quebrar a produtividade do Judiciário na prestação de serviço a população para pressionar o presidente do STF.

Em ato público realizado em 2 de dezembro, da 15h às 17h, em frente a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), na Avenida Rio Branco, cerca de 100 servidores se reuniram para se manifestar e discutir sobre a aprovação do reajuste salarial da categoria. As informações de Brasília sobre a aprovação do PL 6613 são preocupantes. De acordo com o coordenador da Fenajufe Valter Nogueira Alves, que esteve na Capital junto com o diretor sindical Marcelo Neres, nos dias 1º e 2 de dezembro, o panorama político para aprovação do rea-

juste dos servidores do Judiciário Federal é de que a categoria não receberá qualquer aumento. A informação foi obtida pelo coordenador junto aos deputados.

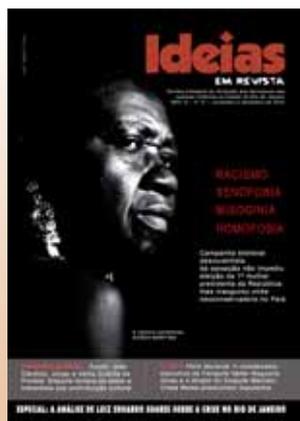
“Cezar Peluso não tem feito absolutamente nada a favor dos servidores da Justiça. Inclusive, mesmo a verba de R\$ 1 bilhão que estaria designada para um possível aumento do Judiciário pode não ser destinada para este fim porque Peluso não se mexe. Com isso até essa verba pode ser destinada para o custeio de outros gastos da Justiça Federal. A situação é difícil. A previsão é de

que não haja nenhum reajuste”, ressaltou Valter Nogueira Alves, no ato público.

Diante do contexto político, o dirigente sindical Roberto Ponciano fez uma avaliação do momento da greve e apelou para a consciência crítica dos servidores da Justiça Federal. Para ele, a greve do Judiciário precisa de fato acontecer. “Existe uma dificuldade de compreensão da categoria que não entende que greve é greve. É instrumento de luta. É para parar. É para quebrar estatística. Não ter produção. Agora greve que bate recorde de produção não incomoda. Se eu fosse o Cezar Peluso, mediante aos números de produção do Judiciário ia querer uma greve todo ano. Essa greve não incomoda em nada o presidente do STF. E por isso, que a previsão está em aumento zero”, pontuou Ponciano.

De acordo com os deputados, Cezar Peluso espera que o presidente Lula marque uma reunião para tratar do reajuste dos servidores da Justiça Federal. O servidor da Justiça Federal, Mário Cesar Pacheco, também pontuou a acomodação da categoria. “Os servidores precisam ter a noção do grau de instrução que temos. Na vara que trabalho, 40% dos funcionários tem pós-graduação. Nós somos responsáveis pela ordem pública, a distribuição da Justiça. A categoria precisa se valorizar. O PL 6613 não é apenas um projeto de reajuste, mas significa a manutenção da qualidade de vida dos servidor, do trabalho da Justiça e do atendimento à população”, frisou ele.

Tatiana Lima – Da Redação.



SISEJUFE
Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.
ASSESSORIA POLÍTICA: Márcia Bauer.

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ 19002/JP) – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo – **ESTAGIÁRIA:** Tatiana Lima
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **FOTO DA CAPA:** a cantora Áurea Martins fotografada por Walter Firmo
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro
IMPRESSÃO: Gráfica e Editora Minister (8,6 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas à edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita à aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Servidores cobram de Peluso e Lula avanço nas negociações

Leonor Costa*

Fotos: Valcir Araujo/Fenajufe

Pressionar o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, a agilizar as negociações com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para garantir a aprovação do PL 6.613/2009, foi o mote do ato público realizado na tarde de 24 de novembro, em Brasília. Cerca de 2 mil servidores de vários estados e do Distrito Federal se concentraram na porta do STF, por volta das 15h, para promover uma manifestação, inicialmente convocada pelo Sindjus-DF, mas incorporada pela Fenajufe ao calendário nacional de greve em defesa da revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal e do MPU. O Rio de Janeiro enviou uma delegação.

Com apitos, faixas e bandeiras, os servidores, após a manifestação no STF seguiram em direção ao Palácio do Planalto, onde também fizeram novo ato público. Ao atravessar a pista que separa a sede do governo federal do STF, os manifestantes pararam o trânsito, no centro do Poder da Capital Federal. Gritando palavras de ordem, como "PCS Já" e "servidores na rua, Lula a culpa é sua", eles foram barra-



Delegação fluminense: Sisejufe enviou servidores para ato em frente ao Supremo Tribunal Federal

dos pelos seguranças do Palácio do Planalto.

Na avaliação do coordenador da Fenajufe Zé Oliveira, a manifestação cumpriu o seu objetivo, com as atividades no STF e na sede do governo federal. "O nosso foco era exatamente chamar a atenção da cúpula do Judiciário e do Executivo e conseguimos fazer isso no ato, inclusive com grande repercussão na

imprensa por conta da manifestação na porta do Palácio do Planalto. Agora esperamos que o ministro Peluso se reúna com o presidente Lula e conclua a negociação que garanta a aprovação do projeto no Congresso Nacional", ressalta Zé.

Para Iracema Pompermayer, coordenadora da Fenajufe e presidente do Sinpojufes-ES, a manifestação em Brasília teve um

papel fundamental, pois ocorreu às vésperas de uma reunião da Fenajufe com o ministro, que deve dar uma resposta sobre o andamento das negociações que vêm sendo realizadas junto ao governo. "Na minha avaliação, houve uma demonstração de força e perseverança da categoria no sentido de não arrear o pé na defesa do projeto da forma como foi encaminhado pelo STF, sem qualquer alteração de mérito que venha atrapalhar sua aprovação".

"Estamos aqui para cobrar o compromisso que o presidente Lula assumiu com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, de negociar o reajuste da categoria. Estamos sem aumento desde 2006", disse o coordenador Dênis Lopes, durante entrevista a jornalistas que cobriam a manifestação.



Pressão: representantes de todo o País querem o cumprimento do acordo de antes das eleições

*Imprensa da Fenajufe

Falta de empenho ameaça aprovação do PL 6613

Diretores do Sisejufe fazem pressão em Brasília pelo PCS e deputados da bancada governista apontam as dificuldades de aprovar a revisão salarial

Leonor Costa*

BRASÍLIA—Contatos feitos esta semana pela Fenajufe com alguns parlamentares próximos ao governo comprovam que a inércia do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, coloca em risco a aprovação do PL 6613/09 ainda este ano. Em todas as conversas realizadas os deputados afirmaram que não há acordo no Ministério do Planejamento e nem na equipe econômica do governo federal para incluir a previsão do PCS na proposta de Lei Orçamentária Anual e, segundo eles, somente uma Sem título 1 negociação efetiva entre Peluso e o presidente Lula será capaz de mudar o cenário de impasse.

Na manhã de quinta-feira, 2 de dezembro, o coordenador da Fenajufe Valter Nogueira Alves e o diretor do Sisejufe Marcelo Costa Neres conversaram com o deputado Gilmar Machado (PT-MG), vice-líder do governo na Comissão Mista de Orçamento, para saber como andam as conversas referentes à previsão orçamentária do PCS. O parlamentar, que já havia conversado com os dirigentes sindicais um dia antes e ficado de dar um retorno a respeito do assunto, informou que há, de fato, uma resistência do Ministério do Planejamento e da equipe de transição do próximo governo em votar qualquer projeto, no Congresso Nacional, que represente novas despesas com funcionalismo público.

Na conversa com Machado, Valter falou das dificuldades nas



negociações e da preocupação da categoria com os prazos do Congresso Nacional. O parlamentar se comprometeu na reunião de quarta, 1º de dezembro, a falar com setores do governo federal para ajudar nas negociações sobre o Plano de Cargos e Salários. No entanto, na reunião do dia 2 de dezembro, Gilmar Machado ressaltou que, diante das dificuldades, só há alguma possibilidade de o projeto ser votado se o presidente do STF negociar diretamente com a Presidência da República.

Outro deputado procurado pelo coordenador da Fenajufe e pelo diretor do Sisejufe, foi Cláudio Vignatti (PT-SC), a quem solicitaram apoio nas interlocuções junto ao governo federal. Valter lembra que o deputado desempenhou papel importante à época do PCS3, em 2006, e que este ano foi um dos deputados cogitados para ser o relator do PL 6613 na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

O parlamentar de Santa Catarina mostrou preocupação quanto ao prazo apertado do Congresso Nacional, com a proximidade

do recesso parlamentar, mas se comprometeu a procurar a liderança do Governo na Comissão Mista de Orçamento; o presidente da CFT, deputado Pepe Vargas (PT-RS); e o relator do PCS, deputado Ricardo Berzoini (PT-SP).

Valter Nogueira Alves (à esquerda) e Marcelo Costa Neres (abaixo) falaram com diversos parlamentares nos dias 1º e 2 de dezembro, em Brasília



Presidente da CFT ressalta importância de um acordo entre Lula e Peluso

Na noite de quarta-feira, 1º de dezembro, Valter Nogueira e Marcelo Neres foram ao gabinete do deputado Pepe Vargas (PT-RS), presidente da CFT, solicitar que o parlamentar ajude nas conversas com o governo federal em defesa da aprovação do PL 6613/09.

O parlamentar gaúcho afirmou que é fundamental que o ministro Cezar Peluso e o presidente Lula fechem um acordo urgente e incluam a previsão do

PCS na proposta de Lei Orçamentária Anual. Se isso acontecer, segundo Pepe, o relator do projeto na CFT apresentaria seu parecer de imediato para ser votado.

Berzoini, Magela e João Paulo falam das dificuldades

Na mesma linha de conversar com deputados influentes no governo, o coordenador Antônio Melquíades (Melqui) também fez vários contatos essa semana na Câmara.

O primeiro procurado pelo dirigente da Federação foi o deputado pelo PT de São Paulo João Paulo Cunha, na noite de terça-feira, 30 de novembro. Após ouvir as argumentações de Melqui a respeito dos impasses no processo de negociação para votar o PL 6613, o parlamentar, que já foi presidente da Câmara dos Deputados, confirmou o que já vem sendo dito por setores do Palácio do Planalto e por alguns deputados da bancada governista: que não há qualquer acordo fechado ainda para incluir a previsão do PCS no orçamento e que a orientação da equipe econômica é cortar gastos e não aprovar projetos que causem impactos financeiros.

Embora tenha falado das dificuldades, João Paulo disse participaria de uma reunião da equipe de transição da presidente eleita e que “sondaria” qualquer informação a respeito da revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal. Ele se comprometeu a ajudar nas negociações e dar retorno à Fenajufe. Na noite do dia 1º, Melqui também falou, separadamente, com os deputados Geraldo Magela (PT-DF) e Ricardo Berzoini (PT-SP). Os dois deputados falaram da resistência por parte do governo em aprovar o projeto e disseram, ainda, que não foi fechado nenhum acordo entre a cúpula do Judiciário e o Palácio do Planalto.

*Imprensa da Fenajufe

Servidor(a) tem direito a licença para acompanhar cônjuge aprovado em concurso de outro estado

O servidor público tem direito a licença para acompanhamento do cônjuge se este for aprovado em concurso público para outra localidade. Contudo, o exercício provisório só será concedido se o servidor preencher os requisitos constantes da Lei nº 8.112/1990 – que a atividade seja compatível com o cargo anterior e que o cônjuge também seja servidor público, civil ou militar. O entendimento é da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao analisar recursos especiais propostos pela União e pela servidora interessada (que foi representada pela assessoria jurídica do Sintrajufe).

A solicitação da licença partiu de servidora ocupante do cargo de analista judiciário no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, de Porto Alegre. Por conta da mudança do seu marido para Queimados (RJ), decorrente de aprovação em concurso público, ela solicitou administrativamente a concessão da licença

por motivo de deslocamento do cônjuge com exercício provisório em outro cargo. O pedido foi negado pela via administrativa e também, judicialmente, na primeira instância.

No recurso apresentado ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o tribunal concedeu apenas o direito a licença não-remunerada, mas não aceitou o pedido para o exercício provisório em cargo compatível com a função. A decisão foi contestada por recurso especial da servidora e da União. Esta última, queria a não concessão do benefício, mesmo que não remunerado. Já a servidora, além de solicitar o exercício provisório, se opunha à fixação dos honorários advocatícios definidos pelo juiz.

Quanto aos honorários, a Turma negou o pedido, tendo em vista jurisprudência sobre o tema. “Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento firmado no sentido de que, após análise equitativa do juiz, os ho-

norários advocatícios, quando vencida a Fazenda Pública, podem ser arbitrados em valor fixo ou em percentual incidente tanto sobre o valor da condenação como sobre o valor da causa corrigido monetariamente”, explica o voto da relatora, ministra Laurita Vaz.

Proteção à família

No mais, a Turma garantiu a licença, inclusive com a determinação de exercício provisório em outro órgão. Segundo os ministros, o pedido em questão é diferente da remoção (previsto no artigo 36, parágrafo único, inciso III, alínea a, da Lei nº 8.112). Nesse caso, o cônjuge deve ser servidor público e o deslocamento se dá por interesse da administração pública.

Na análise, a Turma considerou também a proteção à família assegurada pela Constituição. Para a ministra, “não há espaço para juízo discricionário da Administração”, uma vez

terem sido preenchidos os requisitos previstos na lei. Segundo a relatora, quando houver o deslocamento para outro estado ou para o exterior, a licença, sem remuneração, deve ser concedida, ainda que o cônjuge ou companheiro não seja servidor, ou, sendo, que a transferência tenha se dado em função de ter logrado aprovação em concurso público.

Em relação ao exercício provisório, a Turma entende que ele só é possível quando existir a possibilidade de o servidor exercer atividade compatível com o cargo anteriormente ocupado no órgão de origem; e que o cônjuge ou companheiro também seja servidor público, civil ou militar. No caso da servidora em questão, ela ocupará cargo provisório compatível com suas funções no TRF da 1ª Região.

Fonte: Sintrejufe-RS

Seminário da OAB discute a adoção da Convenção da ONU sobre direitos das pessoas com deficiência no Brasil

Para comemorar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) da OAB-RJ promoverá no dia 3 de dezembro o seminário “Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência – Conquistas e Desafios”. O evento é uma iniciativa do advogado Geraldo Nogueira, presidente da CDPD, atuante do movimento de luta das pessoas com deficiência.

Com a presença do presidente da OAB-RJ, Wadhi Damous, do diretor do Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil (Unic-Rio), Giancarlo Summa, e da superintendente

do IBDD, Teresa Costa d’Amaral, entre outros, o encontro debaterá a atualidade da legislação brasileira frente à convenção das Organizações das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência, aprovada em dezembro de 2006 e ratificada pelo Brasil em março de 2007.

O seminário será realizado na sede da OAB, na avenida Marechal Câmara, 150, 9º andar, a partir das 10h, e terá dois painéis. O primeiro, “Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência: Conquistas e Desafios”, terá palestras do desembargador Ricardo Tadeu da Fonseca, do TRT-PR, e de Daniel Sarmiento, procurador regional

da República, e a coordenação da advogada Priscila Nogueira, membro da CDPD.

O segundo painel, “Atualização da Lei 7.853 frente à Convenção: Histórico, Aplicabilidade e Possibilidades Jurídicas”, terá palestras de Teresa Costa d’Amaral, superintendente do IBDD e Luis Claudio da Silva Rodrigues Freitas, presidente da Associação dos Deficientes Visuais do Estado do Rio de Janeiro – Adverj, e a coordenação de Geraldo Nogueira, presidente da CDPD.

Durante o evento, será lançado o manual “Compreendendo a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência”, trabalho encomendado pela Unic-Rio,

que pretende traduzir o texto jurídico da Convenção numa linguagem acessível que universalize seu acesso pela sociedade.

“A ideia de realizar este seminário é mandar um recado claro para a população e o judiciário: nossos direitos não são apenas uma marca no chão do estacionamento. Estamos botando o peso da OAB na discussão dos direitos das pessoas com deficiência”, define Geraldo Nogueira, lembrando que esta é a primeira vez que a Ordem promove diretamente um encontro para discutir o tema.

Fonte: OAB Rio

Marlene de Lima*

O professor do reforço faltou. Voltei da escola em disparada. Era meu aniversário. Ia mostrar à Vivi minha linda bicicleta, Belle.

Trancaram de chave a porta da frente. Com a campainha enfiada, melhor pular a janela, que ficava encostada durante o dia. Meu pai teria ido ao clube acertar detalhes para a festa.

Mamãe ocupada com a igreja. Aguardavam a chegada de dois frades da Bahia para ajudar no socorro aos desabrigados das chuvas.

A casa em silêncio. Marinita, a empregada ruivinha, devia estar cochilando. Meus tênis pisavam macio no corredor. Já na sala de jantar, ouvi uma voz masculina, vinda de um dos quartos.

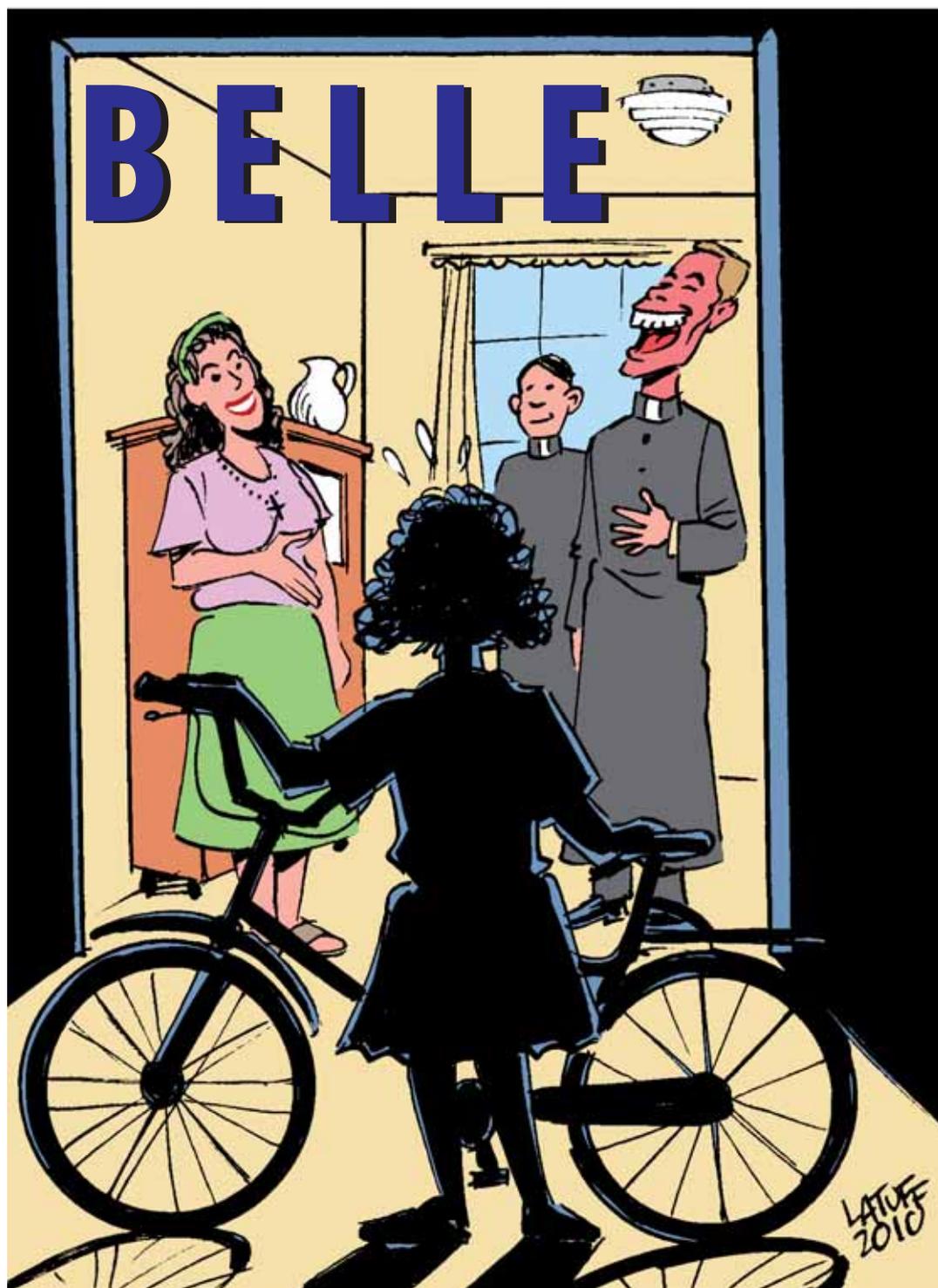
Seria ladrão? Falava-se muito em bandidos. Na certa, bateu em Marinita e ia roubar nossas coisas. “Logo hoje, dia da minha festa.” Uma porta rangeu. Me enfiei debaixo da mesa.

De repente, um tropel. Marinita passou correndo, só de calcinha e sutiã. Logo atrás dela, um homem se movia devagar, como um caçador sem pressa. Nu e arfante. Magro, cara avermelhada, dentes que não lhe cabiam na boca. Dava boas gargalhadas.

Eu ia sair e pedir ajuda para a coitada, mas fui surpreendida pelas risadas, lá no quarto dos fundos. Então era uma brincadeira? A alegria da empregada sinalizava uma felicidade que pairava acima dos meus onze anos.

Minutos depois, ela e o invasor se calaram. Saí rápido, sem pegar a Belle, e me sentei na praça perto de casa. Peguei uma revistinha na mochila, mas as palavras se misturavam. O que estaria acontecendo no quarto da Marinita?

Domingo de manhã, meio sonolenta, ouvi um falatório na sala. Minha mãe agradecia. “Ótimo vocês terem atendido o nosso chamado! Temos muito trabalho pela frente.” “Demoramos



a chegar porque, antes, passamos no lugar onde eu e Arcanjo nascemos e crescemos.” “Claro, irmão Daniel. Hoje vamos nos reunir com o padre Jorge.” “Deus nos enviou para confortar os necessitados.” Completou Arcanjo. “Vou mandar preparar um lanchinho para vocês.”

Saí do quarto e engoli o café, sem olhar para a empregada. No dia anterior, nenhum de nós ia ficar em casa. Por isso, ela cha-

mou o namorado. Papai, quando soubesse, ia mandá-la de volta para a família miserável em Brejo Verde. Senti pena dela e, mais ainda, raiva daquele dentuço safado que flanava nu pela casa dos outros.

Empurrei Belle para a saída. Mamãe e os religiosos riam de alguma história engraçada. Quis sair de fininho. Ela me viu e fez questão de me apresentar. “Venha aqui, Lucinha. Frei Daniel e

Frei Arcanjo são de Brejo Verde, imagine, a terra da Marinita. Eles vieram...”

Não ouvi o resto. Meus olhos bateram em Arcanjo, que no momento exibía uns enormes dentes gargalhando da piada boba. O esforço avermelhava seu rosto, e o pano da batina bamboleava alheio ao meu espanto.

*Servidora aposentada do TRT-RJ.

Coordenadora de núcleo apoia Programa de Preparação para Aposentadoria no Judiciário

O Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe marcou presença no “Programa de Preparação para a Aposentadoria” desenvolvido pela Justiça Federal. Convidada para expor sua experiência, a coordenadora do núcleo, Lucilene Lima, e servidora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), foi uma das palestrantes do evento no dia 19 de novembro, no foro da Avenida Venezuela. A iniciativa serviu para mostrar aos servidores do Judiciário que a aposentadoria não é um castigo e sim uma vitória na vida do trabalhador. Para Lucilene, que trabalhou 34 anos e oito meses, aposentadoria não é sinônimo de inatividade, porque estimula o crescimento pessoal.

“Minha vida de aposentada, longe de ser inativa, é movimentada com a agitação das netas, que diariamente almoçam em minha casa, com minha dedicação aos interesses da família e às minhas missões de sindicalista”, declara a coordenadora do núcleo, que é casada há 38 anos, tem três filhos e quatro netas.

Na palestra, Lucilene fez um relato de seus 13 anos de aposentadoria. Ela reconheceu que não houve um planejamento para parar de trabalhar. Daí, ressaltou a importância do preparo e da implantação de um programa para os funcionários que estão prestes a se aposentar. “Minha aposentadoria não foi programada. Não existia este tipo de programa e eu não me preparei. De repente, com o anúncio do nascimento da minha primeira neta, tomei a decisão e dei entrada no pedido de



Foto: Henri Figueiredo

LUCILENE: “Minha vida de aposentada, longe de ser inativa, é movimentada com a agitação das netas, com minha dedicação aos interesses da família e as minhas missões de sindicalista”

aposentadoria, que em regra levava meses para ser deferido. Para minha surpresa, em menos de 15 dias, a concessão saiu no D.O.”, lembra.

Longe da repartição, Lucilene contou aos servidores que participaram do Programa que descobriu novas frentes de atuação, sem necessariamente ficar parada em casa. Além de ajudar a cuidar das netas, viu na atividade de voluntária um

caminho a ser seguido. “Um belo dia, ouvi uma notícia que me despertou a atenção. Era sobre um curso para Voluntários do SOS Vida. Era aquilo que eu queria. O curso foi dado no final daquela semana, num sábado e domingo. Fui nos dois dias, me habilitei e comecei uma nova fase da minha vida. Bastavam duas horas por semana. Fui selecionada para as segundas-feiras. Cumpria meu compro-

misso semanal com muita satisfação”, relatou.

O trabalho voluntário ocupou espaços na vida de Lucilene, até que o sindicalismo também passou a fazer parte da vida da servidora aposentada do TRT. Ao ser convidada a fazer parte de uma chapa que concorria às eleições do Sisejufe, ela se viu diante de um dilema.

“Fui convidada para participar de uma chapa para concorrer à direção do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais. Gente, logo eu que tinha aversão a sindicato, que não suportava aquela algazarra, que descia para chamar os colegas para voltarem ao trabalho... O que é que eu ia fazer em sindicato? A chapa foi a vencedora e eu me tornei sindicalista de carteirinha. Aprendi a andar no Congresso, a entrar e sair de gabinete de deputado e senador, levando o pleito da categoria. Como diretora, passei a coordenar o Núcleo de Aposentados e Pensionistas e, há mais de 5 anos mantemos uma reunião por mês, sempre na última terça-feira, onde procuramos oferecer palestras, entretenimentos e confraternização com os aniversariantes do mês. Sempre com um ‘lanchinho’, um bolo e refrigerante”, conta a dirigente sempre simpática e com um sorriso contagiante.

Lucilene Lima mostrou que sendo aposentada é possível ter atividades que permitem o constante crescimento pessoal e a construção de uma sociedade melhor e mais fraterna.

Imprensa Sisejufe.

Envelhecer com qualidade de vida

Fotos: Tatiana Lima



Tatiana Lima*

A qualidade de vida e a promoção da saúde foi o tema do último encontro do ano pelo Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do Sisejufe. A tradicional reunião aconteceu no dia 30 de novembro, às 15h, no auditório do Sisejufe, com a presença da assistente social Sandra Rabello, coordenadora das atividades de extensão da Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI/UERJ).

Na palestra, Sandra explicou sobre a necessidade de praticar atividades para a manutenção da saúde e a longevidade. Para ela, o brasileiro não tem o costume de programar a velhice, mas esse cuidado é necessário porque envelhecer exige cuidados especiais e o custo é alto. Portanto, é necessário pensar precocemente sobre o envelhecimento para garantir um futuro de qualidade de vida. “Infelizmente envelhecer é caro. Seja no Brasil, na Argentina, na França ou nos Estados Unidos. O envelhecimento necessita de recursos e de políticas públicas efetivas para garantir o bem estar da população idosa”, diz a assistente social Sandra Rabello.

Na UnATI, a população da melhor idade tem disponíveis cursos para a população a partir de 60 anos de idade. São mais de 50 atividades de saúde, línguas estrangeiras, atividades livres como teatro e dança, conhecimentos gerais, atividades físicas e culturais, além de oficinas com conhecimentos específicos para a terceira idade. Todos os cursos são gratuitos. As

inscrições estão abertas até o dia 17 de dezembro. Todas as oficinas são realizadas no espaço da UnATI, localizado dentro da UERJ. Para inscrição e mais informações no site <http://www.unati.uerj.br/>.

A diretora sindical Lucilene Lima, achou a palestra esclarecedora. “A maioria das pessoas não sabem da existência da UnATI. Mas a instituição desen-

volve atividades e projetos que são importantes para nós, os ‘3G’”, brinca Lucilene. Para ela, a atividade fechou com chave de ouro o encontro do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do Sisejufe. “Tentamos sempre trazer atividades e palestras que possam contribuir para informar e melhorar a qualidade de vida dos servidores”, destaca.

A UnATI também tem atividades para outras gerações. Um *workshop* para atender a população com idade inferior há 60 anos é realizado todas as quartas-feiras, das 14h às 19h, no auditório 91, da UERJ. “A sociedade é eclética. Por isso, temos atividades multidisciplinares para abraçar todas as gerações e provocar a troca de saberes”, conta Sandra Rabello.

Além da palestra, os servidores aposentados também puderam tirar dúvidas referentes ao convênio do Sisejufe com a Unimed Rio. A empresa promove a “Carência Zero” para os servidores sindicalizados. No final do evento, foram sorteados exemplares da Cartilha do Idoso “Acessibilidade e Atendimento Prioritário a Pessoa Idosa” e do Estatuto do Idoso.



Sandra Rabello, coordenadora das atividades de extensão da Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI/UERJ), falou das mais de 50 atividades de saúde, línguas estrangeiras, atividades livres como teatro e dança, conhecimentos gerais, atividades físicas e culturais, além de oficinas com conhecimentos específicos para a terceira idade. Todos os cursos são gratuitos

* Da Redação.

A crise no Rio e o pastiche midiático

Luiz Eduardo Soares*

(1) Recebi muitos telefonemas, recados e mensagens. As chamadas são contínuas, a tal ponto que não me restou alternativa a desligar o celular. Ao todo, nesses dias, foram mais de cem pedidos de entrevistas ou declarações. Nem que eu contasse com uma equipe de secretários, teria como responder a todos e muito menos como atendê-los. Por isso, aproveito a oportunidade para desculpar-me. Creiam, não se trata de descortesia ou desprezo pelos repórteres, produtores ou entrevistadores que me procuraram.

(2) Além disso, não tenho informações de bastidor que mereçam divulgação. Por outro lado, não faria sentido jogar pelo ralo a credibilidade que construí ao longo da vida. E isso poderia acontecer se eu aceitasse aparecer na TV, no rádio ou nos jornais, glosando os discursos oficiais que estão sendo difundidos, declamando platitudes, reproduzindo o senso comum pleno de preconceitos, ou divagando em torno de especulações. A situação é muito grave e não admite leviandades. Portanto, só faria sentido falar se fosse para contribuir de modo eficaz para o entendimento mais amplo e profundo da realidade que vivemos. Como fazê-lo em alguns poucos minutos, entrecortados por intervenções de locutores e debatedores? Como fazê-lo no contexto em que todo pensamento analítico é editado, truncado, espremido — em uma palavra, banido — para que reinem, incontrastáveis, a exaltação passional das emergências, as imagens espetaculares, os dramas individuais e a retórica paradoxalmente triunfalista do discurso oficial?

(3) Por fim, não posso mais compactuar com o ciclo sempre

Na quinta-feira, 25 de novembro, o antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares publicou em seu blog uma análise sobre o conflito que se instalou no Rio de Janeiro após atentados incendiários de traficantes e a resposta das forças de segurança. Ex-secretário Nacional de Segurança Pública, em 2003, Luiz Eduardo foi um dos profissionais que plantaram a semente do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) que, por sua vez, redundou na instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) no Rio de Janeiro. Luiz Eduardo coordenou a área de segurança pública do Rio de Janeiro entre 1999 e 2000, durante o governo de Anthony Garotinho, época em denunciou a "Banda Podre" da Polícia do Rio. Foi demitido por Garotinho, ao vivo no RJTV, após uma polêmica que nada tinha a ver com o real combate ao crime. Nesta análise sobre o conflito das últimas semanas no Rio de Janeiro, que os leitores de Ideias em Revista podem encontrar na íntegra em luizeduardosoares.blogspot.com, o cientista político critica a espetacularização da "guerra ao tráfico" e alerta para o risco iminente das áreas "livres do tráfico" serem dominadas por milícias

repetido na mídia: atenção à segurança nas crises agudas e nenhum investimento reflexivo e informativo realmente denso e consistente, na entressafra, isto é, nos intervalos entre as crises. Na crise, as perguntas recorrentes são: (a) O que fazer, já, imediatamente, para sustar a explosão de violência? (b) O que a polícia deveria fazer para vencer, definitivamente, o tráfico de drogas? (c) Por que o governo não chama o Exército? (d) A imagem internacional do Rio foi maculada? (e) Conseguiremos realizar com êxito a Copa e as Olimpíadas?

Ao longo dos últimos 25 anos, pelo menos, me tornei "as aspas" que ajudaram a legitimar inúmeras reportagens. No tópico, "especialistas", lá estava eu, tentando, com alguns colegas, furar o bloqueio à afirmação de uma perspectiva um pouquinho menos trivial e imediatista. Muitas dessas reportagens, por sua excelente qualidade, prescindiriam de minhas aspas — nesses casos, reduzi-me a recurso ocioso, mera formalidade das regras jornalísticas. Outras, nem com todas as aspas do mundo se sustentariam. Pois bem, acho que já fui ou proporcionei aspas o suficiente. Esse código jornalístico, com as exceções de praxe, não funciona, quando o tema tratado é complexo, pouco conhecido e, por sua natureza, rebelde ao modelo de explicação corrente. Modelo que não nasceu na mídia, mas que orienta as visões aí predominantes. Particularmente, não gostaria de continuar a ser cúmplice involuntário de sua contínua reprodução.

Eis por que as perguntas mencionadas são expressivas do pobre modelo explicativo corrente e por que devem ser consideradas obstáculos ao conhecimento e réplicas de hábitos mentais refratários às mudanças



O Jornal Nacional, na quinta, 25 de novembro, definiu o caos no Rio de Janeiro, salpicado de cenas de guerra e morte, pânico e desespero, como um dia histórico de vitória: o dia em que as polícias ocuparam a Vila Cruzeiro. Ou eu sofri um súbito apagão mental e me tornei um idiota contumaz e incorrigível ou os editores do JN sentiram-se autorizados a tratar milhões de telespectadores como contumazes e incorrigíveis idiotas. Ou se começa a falar sério e levar a sério a tragédia da insegurança pública no Brasil, ou será pelo menos mais digno furtar-se a fazer coro à farsa



inadiáveis. Respondo sem a elegância que a presença de um entrevistador exigiria. Serei, por assim dizer, curto e grosso, aproveitando-me do expediente discursivo aqui adotado, em que sou eu mesmo o formulador das questões a desconstruir. Eis as respostas, na sequência das perguntas, que repito para facilitar a leitura:

(a) O que fazer, já, imediatamente, para sustar a violência e resolver o desafio da insegurança?

Nada que se possa fazer já, imediatamente, resolverá a insegurança. Quando se está na crise, usam-se os instrumentos disponíveis e os procedimentos conhecidos para conter os sintomas e salvar o paciente. Se desejamos, de fato, resolver algum problema grave, não é possível continuar a tratar o paciente apenas quando ele já está na UTI, tomado por uma enfermidade letal, apresentando um quadro agudo. Nessa hora, parte-se para medidas extremas, de desespero, mobilizando-se o canivete e o açougueiro, sem anestesia e assepsia. Nessa hora, o cardiologista abre o tórax do moribundo na maca, no corredor. Não há como construir um novo hospital, decente, eficiente, nem para formar especialistas, nem para prevenir epidemias, nem para adotar procedimentos que evitem o agravamento da patologia. Por isso, o primeiro passo para evitar que a situação se repita é trocar a pergunta. O foco capaz de ajudar a mudar a realidade é aquele apontado por outra pergunta: o que fazer para aperfeiçoar a segurança pública, no Rio e no Brasil, evitando a violência de todos os dias, assim como sua intensificação, expressa nas sucessivas crises?

Se o entrevistador imaginário interpelar o respondente, afirmando que a sociedade exige uma resposta imediata, precisa de uma ação emergencial e não aceita nenhuma abordagem que não produza efeitos práticos imediatos, a melhor resposta



Foto: Latuff

O foco capaz de ajudar a mudar a realidade é aquele apontado por outra pergunta: o que fazer para aperfeiçoar a segurança pública, no Rio e no Brasil, evitando a violência de todos os dias, assim como sua intensificação, expressa nas sucessivas crises?

seria: caro amigo, sua atitude representa, exatamente, a postura que tem impedido avanços consistentes na segurança pública. Se a sociedade, a mídia e os governos continuarem se recusando a pensar e abordar o problema em profundidade e extensão, como um fenômeno multidimensional a requerer enfrentamento sistêmico, ou seja, se prosseguirmos nos recusando, enquanto Nação, a tratar do problema na perspectiva do médio e do longo prazos, nos condenaremos às crises, cada vez mais dramáticas, para as quais não há soluções mágicas.

A melhor resposta à emergência é começar a se movimentar na direção da reconstrução das condições geradoras da situação emergencial. Quanto ao imediato, não há espaço para nada senão o disponível, acessível, conhecido, que se aplica com maior ou menor destreza, reduzindo-se danos e prolongando-se a vida em risco.

A pergunta é obtusa e obscurantista, cúmplice da ignorância e da apatia.

(b) O que as polícias fluminenses deveriam fazer para vencer, definitivamente, o tráfico de drogas?

Em primeiro lugar, deveriam parar de traficar e de associar-se aos traficantes, nos “arregos” celebrados por suas bandas podres, à luz do dia, diante de todos. Deveriam parar de negociar armas com traficantes, o que as bandas podres fazem, sistematicamente. Deveriam também parar de reproduzir o pior do tráfico, dominando, sob a forma de máfias ou milícias, territórios e populações pela força das armas, visando rendimentos criminosos obtidos por meios cruéis.

Ou seja, a polaridade referida na pergunta (polícias *versus* tráfico) esconde o verdadeiro problema: não existe a polaridade. Construí-la—isto é, separar bandido e polícia; distinguir crime e

polícia—teria de ser a meta mais importante e urgente de qualquer política de segurança digna desse nome. Não há nenhuma modalidade importante de ação criminal no Rio de que segmentos policiais corruptos estejam ausentes. E só por isso que ainda existe tráfico armado, assim como as milícias.

Não digo isso para ofender os policiais ou as instituições. Não generalizo. Pelo contrário, sei que há dezenas de milhares de policiais honrados e honestos, que arriscam, estoica e heroicamente, suas vidas por salários indignos. Considero-os as primeiras vítimas da degradação institucional em curso, porque os envergonha, os humilha, os ameaça e acua o convívio inevitável com milhares de colegas corrompidos, envolvidos na criminalidade, sócios ou mesmo empreendedores do crime.

Não nos iludamos: o tráfico, no modelo que se firmou no Rio, é uma realidade em franco declínio e tende a se eclipsar, derrotado por sua irracionalidade econômica e sua incompatibilidade com as dinâmicas políticas e sociais predominantes, em nosso horizonte histórico. Incapaz, inclusive, de competir com as milícias, cuja competência está na disposição de não se prender, exclusivamente, a um único nicho de mercado, comercializando apenas drogas—mas as incluindo em sua carteira de negócios, quando conveniente. O modelo do tráfico armado, sustentado em domínio territorial, é atrasado, pesado, antieconômico: custa muito caro manter um exército, recrutar neófitos, armá-los (nada disso é necessário às milícias, posto que seus membros são policiais), mantê-los unidos e disciplinados, enfrentando reveses de todo tipo e ataques por todos os lados, vendo-se forçados a dividir ganhos com a banda podre da polícia (que atua nas milícias) e, eventualmente, com os líderes e aliados da facção. É excessivamente custoso impor



se sobre um território e uma população, sobretudo na medida que os jovens mais vulneráveis ao recrutamento comecem a vislumbrar e encontrar alternativas. Não só o velho modelo é caro, como pode ser substituído com vantagens por outro muito mais rentável e menos arriscado, adotado nos países democráticos mais avançados: a venda por *delivery* ou em dinâmica varejista nômade, clandestina, discreta, desarmada e pacífica. Em outras palavras, é melhor, mais fácil e lucrativo praticar o negócio das drogas ilícitas como se fosse contrabando ou pirataria do que fazer a guerra. Convenhamos, também é muito menos danoso para a sociedade, por óbvio.

(c) O Exército deveria participar?

Fazendo o trabalho policial, não, pois não existe para isso, não é treinado para isso, nem está equipado para isso. Mas deve, sim, participar. A começar cumprindo sua função de controlar os fluxos das armas no país. Isso resolveria o maior dos

problemas: as armas ilegais passando, tranquilamente, de mão em mão, com as bênçãos, a mediação e o estímulo da banda podre das polícias.

E não só o Exército. Também a Marinha, formando uma Guarda Costeira com foco no controle de armas transportadas como cargas clandestinas ou despejadas na baía e nos portos. Assim como a Aeronáutica, identificando e destruindo pistas de pouso clandestinas, controlando o espaço aéreo e apoiando a PF na fiscalização das cargas nos aeroportos.

(d) A imagem internacional do Rio foi maculada?

Claro. Mais uma vez.

(e) Conseguiremos realizar com êxito a Copa e as Olimpíadas?

Sem dúvida. Somos ótimos em eventos. Nesses momentos, aparece dinheiro, surge o “espírito cooperativo”, ações racionais e planejadas impõem-se. Nosso calcanhar de Aquiles é a rotina. Copa e Olimpíadas serão um sucesso. O problema é o dia a dia.

Palavras Finais

Traficantes se rebelam e a cidade vai à lona. Encena-se um drama sangrento, mas ultrapassado. O canto de cisne do tráfico era esperado. Haverá outros momentos análogos, no futuro, mas a tendência declinante é inarredável. E não porque existem as UPPs, mas porque correspondem a um modelo insustentável, economicamente, assim como social e politicamente. (...) (As UPPs) não terão futuro se as polícias não forem profundamente transformadas. Afinal, para tornarem-se política pública terão de incluir duas qualidades indispensáveis: escala e sustentabilidade, ou seja, terão de ser assumidas, na esfera da segurança, pela PM. Contudo, entregar as UPPs à condução da PM seria condená-las à liquidação, dada a degradação institucional já referida.

O tráfico que ora perde poder e capacidade de reprodução só se impôs, no Rio, no modelo territorializado e sedentário em que se estabeleceu, porque sem-

Quando o tráfico de drogas no modelo territorializado atinge seu ponto histórico de inflexão e começa, gradualmente, a bater em retirada, seus sócios – as bandas podres das polícias – prosseguem fortes, firmes, empreendedores, politicamente ambiciosos, economicamente vorazes, prontos a fixar as bandeiras milicianas de sua hegemonia

Foto: Latuff



pre contou com a sociedade da polícia, vale reiterar. Quando o tráfico de drogas no modelo territorializado atinge seu ponto histórico de inflexão e começa, gradualmente, a bater em retirada, seus sócios – as bandas podres das polícias – prosseguem fortes, firmes, empreendedores, politicamente ambiciosos, economicamente vorazes, prontos a fixar as bandeiras milicianas de sua hegemonia.

Discutindo a crise, a mídia reproduz o mito da polaridade polícia *versus* tráfico, perdendo o foco, ignorando o decisivo: como, quem, em que termos e por que meios se fará a reforma radical das polícias, no Rio, para que estas deixem de ser incubadoras de milícias, máfias, tráfico de armas e drogas, crime violento, brutalidade, corrupção? Como se refundarão as instituições policiais para que os bons profissionais sejam, afinal, valorizados e qualificados? Como serão transformadas as polícias, para que deixem de ser reativas, ingovernáveis, ineficientes na prevenção e na investigação?

As polícias são instituições absolutamente fundamentais para o Estado democrático de direito. Cumpre-lhes garantir, na prática, os direitos e as liberdades estipulados na Constituição. Sobretudo, cumpre-lhes proteger a vida e a estabilidade das expectativas positivas relativa-

mente à sociabilidade cooperativa e à vigência da legalidade e da justiça. A despeito de sua importância, essas instituições não foram alcançadas em profundidade pelo processo de transição democrática, nem se modernizaram, adaptando-se às exigências da complexa sociedade brasileira contemporânea. O modelo policial foi herdado da ditadura. Ele servia à defesa do Estado autoritário e era funcional ao contexto marcado pelo arbítrio. Não serve à defesa da cidadania. A estrutura organizacional de ambas as polícias impede a gestão racional e a integração, tornando o controle impraticável e a avaliação, seguida por um monitoramento corretivo, inviável. Ineptas para identificar erros, as polícias condenam-se a repeti-los. Elas são rígidas onde teriam de ser plásticas, flexíveis

Foto: Tatiana Lima



O que as polícias fluminenses deveriam fazer para vencer, definitivamente, o tráfico de drogas? Em primeiro lugar, deveriam parar de traficar e de associar-se aos traficantes, nos “arregos” celebrados por suas bandas podres, à luz do dia, diante de todos. Deveriam parar de negociar armas com traficantes, o que as bandas podres fazem, sistematicamente. Deveriam também parar de reproduzir o pior do tráfico, dominando, sob a forma de máfias ou milícias, territórios e populações pela força das armas, visando rendimentos criminosos obtidos por meios cruéis

e descentralizadas; e são frouxas e anárquicas, onde deveriam ser rigorosas. Cada uma delas, a PM e a Polícia Civil, são duas instituições: oficiais e não-oficiais; delegados e não-delegados.

E nesse quadro, a PEC-300 é varrida do mapa no Congresso pelos governadores, que pagam aos policiais salários insuficientes, empurrando-os ao segundo emprego na segurança privada informal e ilegal.

Uma das fontes da degradação institucional das polícias é o que denomino “gato orçamentário”, esse casamento perverso entre o Estado e a ilegalidade: para evitar o colapso do orçamento público na área de segurança, as autoridades toleram o bico dos policiais em segurança privada. Ao fazê-lo, deixam de fiscalizar dinâmicas benignas (em termos, pois sempre há graves problemas daí decorrentes), nas quais policiais honestos apenas buscam sobreviver dignamente, apesar da ilegalidade de seu segundo emprego, mas também dinâmicas malignas: aquelas em que policiais corruptos provocam a insegurança para vender segurança; unem-se como pistoleiros a soldo em grupos de extermínio; e, no limite, organizam-se como máfias ou milícias, dominando pelo terror populações e territórios. Ou se resolve esse gargalo (pagando o suficiente e fiscalizando

a segurança privada, banindo a informal e ilegal; ou legalizando e disciplinando, e fiscalizando o bico), ou não faz sentido buscar aprimorar as polícias.

O Jornal Nacional, nesta quinta, 25 de novembro, definiu o caos no Rio de Janeiro, salpicado de cenas de guerra e morte, pânico e desespero, como um dia histórico de vitória: o dia em que as polícias ocuparam a Vila Cruzeiro. Ou eu sofri um súbito apagão mental e me tornei um idiota contumaz e incorrigível ou os editores do JN sentiram-se autorizados a tratar milhões de telespectadores como contumazes e incorrigíveis idiotas.

Ou se começa a falar sério e levar a sério a tragédia da insegurança pública no Brasil, ou será pelo menos mais digno furtar-se a fazer coro à farsa. ■

Foto: Tatiana Lima



Seminário condena políticas de segurança que legitimam extermínio e propõe alternativas

Um fim de semana em defesa da vida. Debates acalorados marcaram o primeiro Seminário Estadual da Campanha Contra a Violência e Extermínio de Jovens do Rio de Janeiro, realizado no Colégio Assunção, em Santa Teresa, nos dias 15, 16 e 17 de outubro. Construir uma agenda popular de segurança pública com a inserção dos debates de educação, saúde, cultura, esporte, comunicação, reforma agrária e meio ambiente foi uma das principais deliberações aprovadas. A proposta de constituição de grupos de trabalhos temáticos também foi outro importante encaminhamento decidido.

Na sexta, depois da exibição do documentário “Elas da Favela”, Solange Rodrigues do ISER Assessoria, e Erika Gloria, da Pastoral de Favelas, coordenaram a roda de conversa sobre política de segurança pública no estado. As Unidades de Polícia Pacificadora (as UPPs) foram o foco do debate. Os jovens levantaram questões sobre o cotidiano de violência que atinge a juventude no estado. A preocupação com a falta de políticas públicas de educação, saúde, cultura, moradia, geração de emprego foi um consenso entre os participantes. Da mesma forma, ressaltou-se a necessidade de combinar o debate de segurança com um arcabouço de intervenção social do Estado nas comunidades que se afaste da lógica das armas e da criminalização da população pobre e negra.

Numa mesa de análise de conjuntura se problematizou o quadro da violência e do extermínio da juventude. Antes das apresentações da professora de História da UFF Virgínia Fontes e da antropóloga Regina Novaes, coordenadora regional da pesquisa Juventudes Sul-Americanas, foi exibido vídeo de uma conferência de Vera Malagutti, Secretária Geral do Instituto Carioca de Criminologia (ICC) e professora de Criminologia da Universidade Cândido.

Na sequência, os participantes compartilharam experiências e



Evento, apoiado pelo Sisejufe, teve como principal encaminhamento organizativo a criação dos grupos de trabalho de formação política, mobilização social e monitoramento da mídia para que pautem o extermínio de jovens. Outras bandeiras assumidas são a do tratamento público para dependentes químicos (em especial, os viciados em crack), humanização do sistema penitenciário, fim do auto de resistência e elaboração de um projeto de cidade inclusiva e democrática

vivências de resistência juvenil. Desse painel participaram Marilene, do grupo Mães de Acari, Marcelão do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Mano Teko da Associação de Profissionais e Amigos do Funk e Gabriel Jaste da coordenação da Pastoral da Juventude do Rio de Janeiro. Cada relato abriu horizontes e trouxe novas perspectivas de ação.

Grupos temáticos sobre os três eixos da campanha foram realizados no último dia do seminário. Essas discussões se desdobraram na definição de bandeiras de luta e em muitas propostas objetivas. Apontou-se a necessidade de desenvolver um

novo olhar sobre a violência com a constituição de políticas de segurança pública que defendam a vida em sua plenitude. A integração das diversas frentes de lutas sociais, a valorização na campanha da dimensão ecumênica e do diálogo inter-religioso, assim como daqueles que não têm religião, além do cultivo da memória como forma de resistência e afetividade, são alguns dos princípios reforçados pelos participantes.

Outras bandeiras assumidas são a do tratamento público para dependentes químicos (em especial, viciados em crack), humanização do sistema penitenciário, fim do auto de resistên-

cia, elaboração de um projeto de cidade inclusiva e democrática, constituição de mecanismos de controle social da mídia e fortalecer a relação com os meios alternativos de comunicação para promover uma informação libertadora e comprometida com a defesa da vida.

O principal encaminhamento organizativo foi a criação dos grupos de trabalho de formação, mobilização e monitoramento da mídia. Os participantes do seminário se dividiram dentre os três espaços e terão a missão de planejar e executar tarefas apontadas pela plenária final do seminário. A realização de um encontro de formação, audiência pública sobre a política de segurança, atualização de página eletrônica de denúncia de casos de violência contra os jovens, são apenas algumas das propostas. Como os grupos formados são abertos, novos colaboradores, tanto indivíduos quanto organizações, podem e devem se integrar.

A equipe de organização do evento foi mantida como uma espécie de coordenação estadual da campanha, somando-se ainda representantes indicados por cada GT. A atividade foi organizada pela PJ – Pastoral da Juventude, PJE – Pastoral da Juventude Estudantil, CRB – Conferência dos Religiosos/as do Brasil, Congregação das Religiosas da Assunção, Pastoral de Favelas, Instituto de Juventude Dom Luciano Mendes, ISER Assessoria, MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, CEAV – Centro de Atendimento às Vítimas de Violência, CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, Presidência e Vice-Presidência da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ. O evento ainda contou com o apoio da Fase, do Sindipetro-RJ, do Sepe-RJ, da ASDU-ERJ e do Sisejufe.

Fonte: Comissão de Comunicação do Seminário Estadual da Campanha contra a Violência e Extermínio de Jovens.

A volta do pêndulo

Talvez nunca a esquerda tenha sido tão esquerda e a direita tão direita na América Latina como agora. E a mídia hegemônica permanece do lado em que sempre esteve

Texto e fotos
Vinicius Souza*
Maria Eugênia Sá*

Enganaram-se os profetas do fim da dicotomia esquerda-direita com a queda do Muro de Berlim. Na Europa e EUA, afundados pela crise econômica que poderia significar a derrocada final do neoliberalismo, países antes considerados de primeiro mundo fazem a clara opção pelo capital, financiando os bancos e investidores enquanto arrocham salários, cortam benefícios e elegem os estrangeiros como o inimigo da economia. As consequências têm sido manifestações como na França, na Espanha e na Inglaterra, ou mesmo nações à beira do caos como a Grécia. A bola da vez é a Irlanda, mas Portugal também está na alça de mira do “socorro” do FMI. O receituário é bem conhecido por aqui: redução do investimento público, aumento da idade para aposentadoria, diminuição no número de funcionários públicos, enfraquecimento do poder do Estado... As alternativas mais à esquerda (como maior distribuição de renda, fortalecimento do mercado interno e controle de capitais) estão fora de discussão.

Enquanto isso, na América Latina há um certo refluxo da onda “esquerdista” que levou ao poder presidentes como Lula, Evo Morales e Hugo Chávez. Depois da fraude eleitoral no México, o governo ilegítimo de Felipe Calderón, do partido de direita Ação Nacional (PAN), aprofundou a política de integração econômica com os Estados Unidos levando à maior recessão da história do país (diminuição do PIB em 6,7% em 2009). Com isso, a empresa capitalista por excelência, o comércio de drogas ilícitas, passou a movimentar estimados 45% da renda bruta anual do México. No modelo de “guerra

contra as drogas” implementado com apoio dos EUA que investiram na iniciativa US\$ 1,8 bilhão desde 2008, perto de 30 mil pessoas perderam suas vidas nos últimos quatro anos, sendo que 12 prefeitos foram assassinados somente em 2010. Com as leis trabalhistas “flexibilizadas” desde os anos 1990, os trabalhadores tem que escolher entre salários de fome com jornadas medievais ou tentar a sorte com os “coyotes” para viver como ilegais do outro lado da fronteira. Por outro lado, Carlos Slim, o homem mais rico do mundo segundo a Forbes, que comprou do governo a Telmex, em 1990, e controla a Embratel e a Claro no Brasil, acaba de fazer uma oferta para ter 100% da Net. O objetivo é unir aqui e no México TV e banda larga à telefonia fixa e celular.

Em Honduras, a simples proposta de um plebiscito para reformar a constituição, que segundo alguns poderia aproximar o país do “Socialismo do Século XXI” de Chávez, levou ao golpe que teve forte participação dos empresários locais da comunicação (uma das primeiras providências foi derrubar o sinal de veículos “não-alinhados”) e apoio velado dos EUA para



Futuros distintos: Bachelet acabou o governo com altos índices de aprovação popular, mas, ao contrário de Lula, não fez o sucessor



Colômbia: novo presidente é dono de conglomerado midiático

derrubar o presidente eleito Manuel Zelaya. Outra questão de fundo foi a adesão do país à esquerdista Aliança Bolivariana para as Américas (Alba), que se contrapõe à Aliança Latino-Americana de Livre Comércio (Alca), impulsionada pelo governo estadunidense. Nos 17 meses desde o golpe, Honduras segue numa permanente crise econômica, sanitária (a dengue está totalmente fora de controle) e humanitária. A imprensa golpista tenta esconder, mas são milhares os torturados, pelo menos 140 estudantes, professores e líderes sociais e políticos foram assassinados e há centenas de exilados. Entre os jornalistas que se opõem ao governo, dez já foram mortos desde julho de 2009.

Na Colômbia também não há nada de novo. O recém-eleito presidente Juan Manuel Santos (num pleito com mais de 56% de abstenção no segundo turno e inúmeras denúncias de fraudes), é ex-ministro da Defesa de Álvaro Uribe e membro da família proprietária do principal jornal do país (o El Tiempo), da mais importante revista semanal de política e variedades (La Semana), de uma rede de rádios, um canal de TV com previsões meteorológicas e em breve um novo canal de TV aberta de abrangência nacional. A aliança com os EUA, que estão implantando novas bases militares no país apesar da inconstitucionalidade proferida pela Suprema Corte local, segue firme no *Plan Colombia*, de enfrentamento exclusivamente militar do narcotráfico e das guerrilhas. Já o partido de esquerda Polo Democrático Alternativo (PDA), denunciou no início de novembro que ao menos 50 políticos esquerdistas, sindicalistas, dirigentes sociais, camponeses, indígenas e defensores dos direitos humanos foram mortos apenas nos primeiros 90 dias de governo Santos. A denúncia foi feita numa conferência no Equador e, claro, não ilustrou as páginas de La Semana.

Já no Chile, a coalizão de esquerda Concertación perdeu em janeiro a presidência que ocupava desde o fim da ditadura Pinochet há 20 anos. Vários fatos concorreram para a volta da direita ao poder com a eleição do mega-empresário Sebastien Piñera. Para começar, o conservadorismo estava reunido em torno de Piñera, enquanto os progressistas se dividiram entre o representante oficial da Concertación, o ex-presidente de pouco destaque Eduardo Frei, Jorge Arrate, que foi ministro de Frei, e Enríquez-Ominami, que também era da coalizão até 2009. Além disso, assim como no Brasil não houve crescimento econômico no Chile em 2009, devido ao agravamento da crise nos EUA e Europa, levando a uma queda na popularidade da ex-presidente socialista Michelle Bachelet. Também ajuda bastante o fato de Piñera, irmão de um ex-ministro do trabalho do ditador Augusto Pino-



chet, ser o dono de um dos principais canais de TV do país, a Chilevisión. Não é a toa que ele ficou tão à vontade em frente às câmaras durante todo o resgate dos 33 mineiros soterrados por meses devido à falta de segurança geral nas centenas de minas de cobre chilenas.

Nos países que têm mantido a opção pela esquerda nas urnas, as tentativas de golpes e desestabilização pela direita e pela mídia hegemônica continuam. Depois do golpe civil-militar-midiático de menos de 48 horas em 2002 na Venezuela, tão bem representado no documentário “A revolução não será televisada”, dos irlandeses Kim Bartley e Donnacha O’Briain, ocorreram outras situações graves no continente. Na Bolívia em 2006, o envio do embaixador estadunidense Philip Goldberg, que já havia trabalhado “coincidentemente” na Bósnia durante a guerra civil que desmembrou a antiga Iugoslávia e depois no Kosovo no período em que a província se separou da Sérvia, seria um forte indicativo da estratégia encampada pelos meios de comunicação do país andino de separação das províncias da chamada Meia Lua, as mais ricas da nação. A ideia, que contava com programas eleitorais de TV produzidos nos EUA e pesquisas fajutas, pretendia primeiro tentar revogar nas urnas

a constituição bolivariana de Evo Morales em seu início de governo. Se não desse certo, era sempre possível tentar impulsionar uma guerra civil para pedir a intervenção de tropas de paz da ONU como aconteceu no Haiti.

Em setembro desse ano, foi a vez de Rafael Correa, presidente duas vezes eleito no Equador e responsável por uma estabilidade política rara no país, enfrentar nas ruas policiais e militares amotinados. Ele chegou a ser atingido por uma bomba de gás lacrimogêneo e rasgar a camisa para mostrar o peito nu numa janela desafiando os revoltosos a matá-lo. Correa ficou retido por um tempo num quartel cercado e teve de ser resgatado por militares fieis ao governo constitucional de Quito. Como se apurou depois, boa parte dos militares e policiais que aderiram ao movimento golpista teriam sido enganados por uma campanha de desinformação empreendida por meios de comunicação da direita equatoriana, os quais mentiram sistematicamente sobre pequenas mudanças nos soldos dos membros dos serviços de segurança pública. “O que aconteceu não é por alguns dólares. É uma clara tentativa de conspiração, coordenada com o fechamento do aeroporto, com a tomada das antenas, com a interrupção da TV Equador”, afirmou o

Nos países que têm mantido a opção pela esquerda nas urnas, as tentativas de golpes e desestabilização pela direita e pela mídia hegemônica continuam. (...) Não há dúvidas de que as eleições presidenciais no Brasil também se desenrolaram fortemente impactadas por esse cenário continental. Mais do que PSDB, DEM e PPS, foi Globo, Folha e Veja que coordenaram a campanha de extrema direita de José Serra

presidente na sacada do palácio presidencial logo após sua libertação.

Na Argentina, segue o enfrentamento diário entre as elites capitalizadas pelo Grupo Clarín, que reúne jornais como o Clarín e o La Nación, a Rádio Miter, o Canal 13 de Buenos Aires, as TVs a cabo Multicanal e Cablevisión, portal e provedor de internet e outros meios de comunicação, e a presidente Cristina Kirchner, que promulgou a polêmica Ley de Medios. Apesar de ainda restarem alguns recursos nos tribunais argentinos, a lei proposta há um ano entrou em vigor no último mês de setembro e, entre outras coisas, estabelece que uma mesma empresa não pode possuir canais de TV aberta e a cabo, além de reduzir de 24 para dez o limite das concessões de rádio e TV em mãos de um mesmo proprietário. Pela nova legislação, o espectro comunicacional deve ser dividido em três partes iguais para atender o governo, o setor privado comercial e a sociedade civil organizada. Também foi barrada a entrada indiscriminada das companhias telefônicas no mercado de TV. Aos oligopólios midiáticos, restam menos de dez meses agora para vender algumas de suas empresas e se adequar às novas regras. Ou então para derrubar o governo de Cristina e impor de volta as “leis do livre mercado”.

Não há dúvidas de que as eleições presidenciais no Brasil também se desenrolaram fortemente impactadas por esse cenário continental. Mais do que PSDB, DEM e PPS, foi

Globo, Folha e Veja que coordenaram a campanha de extrema direita de José Serra. Basta ver a enxurrada de denúncias vazias nos jornais, o desespero das capas de revistas e a ridícula montagem do episódio da “bolinha de papel” em incríveis sete minutos do Jornal Nacional! Mas assim como na Venezuela, Bolívia e Equador, a disputa não se encerrou nas urnas. A Folha de S. Paulo e o Globo já conseguiram acesso ao processo da ditadura militar contra a agora presidente eleita Dilma Rousseff. Certamente esperam que os torturadores tenham conseguido no início dos anos 1970 “informações” para usarem contra ela que seus batalhões de “repórteres investigativos” não conseguiram nos últimos três anos.

Ao mesmo tempo, a Velha Mídia ponta suas baterias contra o seminário internacional para discussão da regulação da mídia convocado pelo ministro Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social, contra o Plano Nacional de Banda Larga, que vem sendo gestado há meses, e contra as propostas da Conferência Nacional de Comunicação, que contou em 2009 com a participação ativa de mais de 30 mil cidadãos. Sem deixar de acusar todo tempo, claro, o presidente Lula e a presidente eleita Dilma de avessos à liberdade de expressão, quase que com os mesmos termos que usam contra Hugo Chávez de forma ininterrupta há quase dez anos.

*Jornalistas.

“A concentração masculina nas redes de direção é brutal”

Em entrevista à repórter Paula Thomaz, do site de CartaCapital, a cientista social Tatau Godinho faz uma análise da situação da mulher na política, fala sobre desigualdade de gêneros e da postura da oposição diante de uma mulher na presidência. Desde o início da campanha eleitoral Dilma Rousseff gerou uma expectativa entre as mulheres brasileiras em relação à questão feminina na política. Passado o segundo turno e conhecido o resultado, o Brasil ganha uma mulher como presidente, a primeira da história, eleita com 56% dos votos válidos contra 44% para o oponente José Serra

Para fazer uma análise dos ganhos da população feminina com a eleição de Dilma à presidência, o site de CartaCapital entrevistou a cientista social dedicada à temática do feminismo e política, Tatau Godinho. Ela acredita que “as questões relacionadas aos direitos das mulheres vão ser colocadas na agenda política de forma muito mais cotidiana”. Mas isso também depende de uma presença mais forte do movimento de mulheres para que sejam feitas mudanças no sentido progressista. E avisa: “o campo da oposição provavelmente se apoiará em uma agenda conservadora em relação aos direitos das mulheres, como já ocorreu nas eleições.” Ideias em Revista, reproduz, com autorização de CartaCapital, esta entrevista.

Como você vê a situação da mulher hoje na política em termos de participação e de políticas voltadas ao gênero feminino?

Tatau Godinho – A presença das mulheres na política tem aumentado nos últimos anos. Em termos de políticas públicas, questões específicas voltadas à saúde das mulheres, o combate à violência e mesmo uma ampliação nos horizontes profissionais têm sido alvo de atenção dos governantes. Mas uma alteração mais profunda nas desigualdades entre homens e mulheres ainda está por vir.

Quanto à participação, no entanto, os espaços da política mais institucionalizados ainda são um gueto masculino. Fala-se muito na necessidade da presença das mulheres, mas o fato é que direções dos partidos, no parlamento, nos cargos executivos e de direção, as mulheres ainda aparecem como uma exceção.

E isso reflete uma realidade

presente em, praticamente, todas as outras áreas da sociedade. O comando das empresas, as direções dos jornais, de outros meios de comunicação, por exemplo, ainda são lugares onde a presença das mulheres é quase simbólica.

Existem mais mulheres que homens no Brasil, a mulher é responsável, em muitos casos, pela educação dos filhos, tem contribuição efetiva na sociedade, tem um dia internacional dedicado a ela. Por que quando se trata de política tudo isso parece se reduzir?

TG – A ampliação da presença das mulheres no mundo público, isto é, fora do âmbito da família, continua totalmente vinculada a uma sobrecarga colocada sobre elas em relação ao cotidiano, à vida familiar, ao cuidado com as pessoas. As mulheres assumem novas tarefas, mas muito pouco se alterou nas relações de poder. E a política é o espaço concentrado das dinâmicas de poder na sociedade. É ali que são definidos boa parte dos grandes grupos de interesses, dos destinos dos países. Obviamente, as disputas políticas não ocorrem apenas nos espaços tradicionais ou institucionais. Mas é um sintoma da fragilidade da democracia a exclusão tão recorrente das mulheres.

Quais os avanços poderão ser conquistados pelas mulheres, na política, com a eleição de Dilma Rousseff à presidência da República?

TG – Sem dúvida uma mulher na Presidência da República já representa, de saída, uma quebra de barreiras. O principal cargo político do país é uma refe-

rência necessária para os debates, as articulações políticas, para as mais diversas áreas em torno das quais a sociedade se mobiliza. Tem uma influência importante, também, no imaginário social em relação às mulheres. Mas as mudanças mais concretas, em termos de políticas, dependem da insistência que a presidenta tiver em fortalecer uma agenda voltada para a igualdade. As questões relacionadas aos direitos das mulheres vão ser colocadas na agenda política de forma muito mais cotidiana. E é muito importante uma presença mais forte do movimento de mulheres para que isso seja feito em um sentido progressista. O campo de oposição, provavelmente, se apoiará também em uma agenda conservadora em relação aos direitos das mulheres, como já ocorreu nas eleições. Por isso, para garantir um avanço, acredito que seja necessário que a sociedade se mobilize no sentido de possibilitar um efetivo avanço de direitos. Dilma Rousseff tem um histórico de atuação rompendo espaços em áreas muito fechadas às mulheres e, acredito, que isso dará a ela uma boa experiência de como lidar em um ambiente adverso.

O que muda na bancada feminina no Congresso com a eleição de Dilma?

TG – As deputadas e senadoras têm uma oportunidade inédita de fortalecer sua voz no Congresso. Mas é preciso se apoderar dos sinais indicados pela futura presidenta, de que valoriza o aumento da participação política das mulheres, e consolidar novas lideranças nas disputas concretas que compõem o dia a dia do Con-



gresso. Esse é um momento privilegiado para que as parlamentares mulheres reforcem sua presença e, mais especialmente, para que a bancada feminina apareça como uma forte articuladora de reivindicações de políticas que incidam sobre a desigualdade entre mulheres e homens. Para isso é necessário que a atuação se pautar por uma plataforma ampla, que não fique apenas em temas de menor incidência, ou nas áreas que são consideradas tradicionalmente mais receptivas à participação das mulheres. Há questões fundamentais em relação ao mundo do trabalho, no âmbito da política econômica e de desenvolvimento, da previdência, ou a reforma política e partidária, como mencionado anteriormente, que são muito importantes. Isso vai depender da atuação das parlamentares comprometidas com essa agenda. Ampliar o número de mulheres é muito importante, mas mudanças reais para as mulheres só ocorrerão se isso se combina com uma agenda de propostas e reivindicações para alterar as condições de desigualdade e discriminação vividas pelas mulheres.

Em reunião de transição dos ministérios na segunda-feira 8, Dilma anunciou que quer mais mulheres no primeiro escalão do governo. O que achou dessa atitude da presidente?

TG – É muito positivo que Dilma tenha acenado, logo de início, com a importância de ter uma

presença maior das mulheres em cargos-chaves do governo. Com certeza os partidos vão resistir. Afinal, dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço. Nem na física nem na política. E a concentração masculina nas redes de direção é brutal. Não são apenas os dirigentes partidários. Isso inclui os quadros do parlamento, das direções sindicais, das universidades ou outras entidades da sociedade. A insistência da presidenta em compor um governo com maior presença de mulheres obrigará os partidos, e toda a sociedade, a discutir a questão.

Em outros países, houve um processo semelhante. Como na Espanha, por exemplo. E isso cria, de fato, possibilidades de mudanças.

Falando de gênero, para vocês as mulheres são iguais aos homens, têm necessidades específicas ou lhes faltam alguns privilégios concedidos aos homens?

TG – Quando se fala em igualdade entre mulheres e homens, o sentido é a igualdade social e política. É evidente que na sociedade os homens têm imensos privilégios em todos os âmbitos: renda mais alta, acesso a melhores postos e empregos, mais tempo de lazer, dominam os espaços de poder político e econômico na sociedade. E isso se articula com todas as vantagens que têm no campo da vida pessoal e familiar, em relação ao cuidado com os filhos, ao trabalho doméstico, e nas questões ligadas à se-

xualidade. É isso que é preciso mudar. Há um pensamento conservador que atribui às mulheres um papel centrado na maternidade e na família. Isso é cultivado. É um mecanismo que justifica a falta de responsabilização masculina. Assim os homens ficam livres para o poder, enquanto as mulheres cuidam da sobrevivência. É essa a divisão que precisa ser superada na sociedade. Naturalizar o papel das mulheres na família, na maternidade, nas funções do cuidado é negar às mulheres a posição de igualdade e racionalidade e, em última instância, deixar as funções de direção e poder efetivos da sociedade, a elaboração da cultura e da ciência para os homens.

Chegaremos a um dia em que a desigualdade de gêneros será superada?

TG – Eu acredito que sim. Para uma superação efetiva das desigualdades é preciso uma mudança mais geral. A sociedade capitalista absorve e rearticula as relações de dominação compondo uma dinâmica de desigualdade que favorece a exploração, a concentração de renda, a manutenção de padrões de opressão em diversos níveis. A superação da desigualdade de gêneros é uma perspectiva libertária, de uma sociedade livre com seres humanos vivendo em plenitude suas capacidades. E isso exige a mudança do modelo de sociedade atual, em que as desigualdades são parte da organização necessária das relações sociais. Mas isso não significa jogar as reivindicações para um futuro distante e abstrato. É preciso investir para que as mudanças sejam implantadas desde agora. Toda mudança é um processo político e social que envolve também conflitos. E nós não podemos deixar de enfrentá-los.

Qual tem sido a importância da Secretaria de Políticas para Mulheres desde a sua criação?

TG – A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres foi uma iniciativa muito importante do governo. Ela buscou construir uma agenda para todo o governo. Em algumas questões, como

a proposta de implantar uma política de combate à violência sexista, os avanços são mais claros. Em outras áreas, ainda há muito o que fazer. Os esforços da SPM em coordenar um plano geral de políticas para as mulheres são significativos e as dificuldades são muito grandes. É necessário uma consolidação maior dessa política no próximo governo.

Como você acredita que a sociedade brasileira enxerga a falta do primeiro cavalheiro ao lado de Dilma?

TG – Essa é uma discussão que demonstra o grau de conservadorismo na sociedade. Afinal, a discussão só existe porque os espaços de poder são considerados lugares para os homens e não para as mulheres. O cargo de primeira-dama é a pior simbologia do atraso em relação às mulheres: significa que o lugar para elas é de esposa, e não de dirigente. É a reafirmação de que para as mulheres o espaço legítimo é o mundo privado e não a esfera pública, como é o caso da política. Além do mais, isso ainda se combina com o clientelismo que enxerga a política de assistência social como caridade e não como direito!

Chama a atenção o quanto mesmo os setores pretensamente mais modernos da sociedade reforçam esse papel e esse lugar para as mulheres. E, inclusive, criticam as mulheres que se recusam a aceitar esse papel. Que, sendo mais informal, é tudo de atrasado, de medíocre e de “brega”.

Uma mulher na presidência tem, além de tudo o mais, a vantagem de nos livrar dessa discussão.

Chamar Dilma de presidente ou presidenta faz diferença?

TG – É uma questão simbólica. Não é decisiva mas possibilita marcar o significado da eleição de uma mulher para a presidência. E forçar um pouquinho a Língua Portuguesa a se adaptar a um mundo de homens e mulheres também nos cargos, carreiras e funções antes ocupados apenas por homens. ■

A escalada neoconservadora

Henri Figueiredo*

A LIBERDADE CONTROLADA PELA MÍDIA E PELA MORAL

Em abril de 2000, portanto há mais uma década, um então rapazote engravatado chamado Sérgio Lewin, presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), abria 13º Fórum da Liberdade, realizado na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs). O único convidado de esquerda era o então governador gaúcho Olívio Dutra (PT), que quatro anos depois se tornaria o primeiro ministro das Cidades de Lula. O jovem Lewin defendeu o que chamou de “egoísmo racional, social e economicamente empreendedor do capitalismo” e, de uma maneira grosseira, criticou o governador que assistia ao discurso da primeira fileira, dizendo que Olívio não poderia, com o ideário de seu partido, “desafiar a lei da gravidade”.

Último a falar, Olívio Dutra advertiu os participantes para a ingenuidade da crença de que o Estado não deve participar ativamente da vida econômica. E completou: “Por desafiar a lei da gravidade, foi que a humanidade pôs a voar pelos céus do planeta toneladas de aço chamadas aviões”. Vaias para Olívio. Na sequência a mediadora (?), a jornalista-diretora da RBS (afiliada da Globo no Sul) Ana Amélia Lemos, criticou o governador por ter sido “descortês” com o jovem anfitrião. Aplausos para Ana Amélia. Entre os que aplaudiram, um dos convidados: o filósofo e jornalista de ultradireita Olavo de Carvalho. Pano rápido.

Em 22 de novembro de 2010, em Belo Horizonte, no Hotel Mercure, a “setorial” mineira do IEE promoveu um novo Fórum da Liberdade, este em parceria com o Instituto Millenium – que reúne luminas da plutocracia brasileira e expoentes da ala

mais conservadora da direita cristã. O evento começa, como de praxe, com os discursos dos fundadores do IEE e, em seguida, o empresário Roberto Civita, presidente do Grupo Abril (do semanário Veja), recebe o “Prêmio Liberdade”. Também há um governador na plateia – a estrela do evento, Antonio Anastasia (PSDB).

O chefe da Veja cita Adam Smith e critica a regulação da mídia. Aplausos. Anastasia, para frustração geral, defende um Estado forte. Mas não é vaiado. Entre os convidados, a senadora ruralista Katia Abreu (já chamada de “miss desmatamento” no Congresso) e o “príncipe” dom Bertrand de Orleans e Bragança – que discursa abertamente contra a reforma agrária, ainda que nos marcos estabelecidos na Constituição. Em encontro recente do Instituto Millenium em São Paulo, noticiado por Ideias em Revista, Arnaldo Jabor e William Waak discursaram em frente ao chefe João Roberto Marinho. Cabe lembrar que, a partir de 2011, uma das novas senadoras da República será Ana Amélia Lemos (PP-RS), que por anos dirigiu os interesses da RBS/Globo em Brasília.

O jornalista Renaud Lambert, do Le Monde Diplomatique francês, lembra que “desde a virada do século, as vitórias eleitorais da esquerda na América Latina suscitaram dúvidas pertinentes sobre a possibilidade de mudança efetiva a partir da tomada de poder”. Por isso, segundo ele, desde janeiro deste ano a Universidade Nottingham, na Inglaterra, tenta fornecer explicações para a série de vitórias eleitorais da esquerda ou centro-esquerda na maior parte dos países latino-americanos.

A chegada aos poderes executivos estaduais, provinciais e nacionais da esquerda, desde Olívio em 1999 – que deu as condições de nascimento ao Fórum Social Mundial –, fizeram com

Nesse imbróglio mundial, os antes “esquerdistas” Hillary Clinton e Obama, tornam-se perseguidores de Assange, um anti-herói louro que flerta com a desobediência civil, cuja ideia nasceu justamente os EUA com Emerson e Henry David Thoreau – este último inspirador de Gandhi mas também citado pelos “libertários” do Tea Party!

que as camadas conservadoras da sociedade se reagrupassem. Ainda que tenham demorado uma década para reagir, ao menos na América Latina, a última campanha eleitoral – cujo tom obscurantista, persecutório e conservador foi cancelado por José Serra – se encarregou de reanimar os conservadores, ou melhor, os novos conservadores ou, ainda, os neoconservadores brasileiros. São os auto-denominados “cidadãos de bem”, brancos (ou quase brancos), cristãos, heterossexuais e ajustadíssimos ao sistema patriarcal de sociedade que não admite, sob a sombra de sua moral, debate feminista, defesa de igualdade racial e social, defesa de livre orientação sexual ou questionamentos ao “direito sagrado da propriedade”, mesmo que improdutiva.

OBAMA “THE SOCIALIST NIGGER”, O TEA PARTY E A XENOFOBIA EUROPEIA

Nos Estados Unidos, três dos pré-candidatos à Presidência pelo Partido Republicano trabalharam para o conglomerado midiático Fox Broadcasting Company. A estrela é ex-candidata a vice-presidente nas últimas eleições Sarah Palin – em cujos comícios, no Alaska, se pregava o assassinato de Obama. O estado do Arizona, com mais de 400 mil

imigrantes não documentados, aprovou uma lei que obriga a qualquer imigrante andar o tempo inteiro com sua documentação sob pena de prisão e extração.

O Tea Party (Partido do Chá), grupelão ligado ao Partido Republicano, é financiado por bilionários, prega uma linha política “libertária” – que nos EUA significa quase nenhum Estado –, e tem conseguido angariar simpatias entre republicanos, democratas e independentes com um discurso de combate ao “perigo vermelho” do negro socialista Obama.

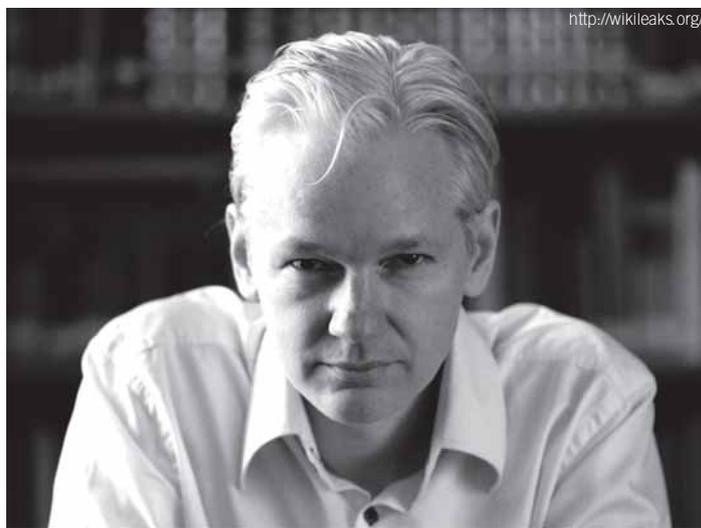
Nas eleições legislativas de meio de mandato, Obama levou uma lavada, perdendo a maioria na Câmara e ficando a poucos votos na frente no Senado. Não por acaso, no meio de novembro, dias depois da derrota nas urnas, o secretário de Defesa de Obama, Robert Gates, afirmou que “um ataque ao Irã uniria o País”. Ora, ora. Ainda que o homem Obama seja um moderado (o mesmo que arrastou multidões em Berlim ainda pré-candidato, falando de paz) não pode agora escapar do sistema belicista e imperial que preside.

De acordo com a professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Cristina Soreanu Pecequillo, a crise nos EUA foi, e continua sendo, produto de

paradigmas internos e externos relacionados a consumo, estruturas de produção, relações sociais, disputas socioeconômicas, superextensão imperial, problemas educacionais e de distribuição de renda que opõem dois projetos de Estado e desenvolvimento: o de Obama que representava a retomada e atualização do Estado de Bem Estar e da economia (o “grande Estado”) e o tradicional republicano (o “pequeno Estado”). A este “pequeno Estado” agregou-se a cruzada religiosa e antigoverno que perpassa a política nos EUA desde, pelo menos, 1994.

Em setembro, a Suécia – onde se desenvolveu a social-democracia e o conceito de Estado de Bem Estar –, viveu um retrocesso histórico com uma grande votação do partido de extrema direita “Democratas da Suécia” – que pela primeira vez chega ao Parlamento daquela monarquia nórdica. A direita populista teve avanços nas últimas eleições também na Dinamarca, Holanda, França, Suíça, Áustria, Hungria, Itália e Bélgica. A tendência em todos esses países é de, assim como ocorre no Tea Party, aumentar a força dos grupos políticos que pregam abertamente a xenofobia, a aversão a estrangeiros.

Depois da crise financeira mundial de 2008, em que naufragaram os preceitos e dogmas neoliberais, a zona do Euro só não se esfacelou por causa da âncora que é a Alemanha nesse contexto. Na Grécia, como mostramos na última edição, o FMI agora dá as cartas. Portugal e Espanha estão a um passo de terem de tomar medidas de “austeridade fiscal”, eufemismo para arrocho salarial e corte de direitos. Até a famosa fleuma britânica se esfumou quando o premier David Cameron decidiu triplicar as anuidades universitárias para conter o déficit público – estudantes tomaram as ruas de Londres e um grupo destruiu a sede do Partido Conservador, do primeiro-ministro, em novembro. Na França, a popularidade do direitista Nicolas Sarkozy vai ladeira abaixo e cada vez mais ele depende da *prima donna* Carla Bruni para angariar simpatia.



JULIAN ASSANGE: fundador do WikiLeaks é procurado pela Interpol

SUÉCIA ACIONA INTERPOL CONTRA ASSANGE, DO WIKILEAKS

Olhando para o ânimo do eleitorado na Suécia, não é tão difícil entender como o País se tornou a base de caça ao jornalista e ciberativista australiano, com cidadania sueca, Julian Paul Assange, de 39 anos. Fundador e um dos nove membros do conselho consultivo do WikiLeaks, site de denúncias e vazamento de informações secretas sobre os governos, o *hacker* Assange tornou-se uma celebridade mundial ao divulgar pelo seu site as imagens de militares dos EUA executando, de um helicóptero, civis iraquianos desarmados e dois repórteres da Reuters. Depois disso, sucederam-se muitos outros vazamentos de informações confidenciais, inclusive envolvendo comentários e opiniões da “diplomacia” americana sobre o Brasil.

A Interpol emitiu mandado de captura internacional contra Assange, procurado pela Suécia no âmbito de um inquérito sobre suposta “violação e agressão sexual”. O New York Times o chama de “fugitivo”. Recentemente Assange perdeu a cidadania sueca e está à procura de um País que o receba. Em fins de novembro foi divulgado que o Equador teria oferecido abrigo e proteção a Assange. Depois de pressões internacionais, o presidente Rafael Correa desautorizou seu vice-chanceler, Kintto Lucas, e retirou o convite.

Julian Assange, através do WikiLeaks divulgou opiniões da di-

plomacia americana sobre diversas lideranças mundiais e evidenciou que os diplomatas norte-americanos agem como espões sob o comando da Secretária de Estado Hillary Clinton. Em relação ao Brasil, os documentos mostram críticas feitas pelo ex-embaixador Clifford Sobel ao Plano Nacional de Defesa anunciado pelo presidente Lula, em dezembro de 2008. E elogios rasgados ao ministro da Defesa Nelson Jobim – que seria, segundo eles, “um dos líderes mais confiáveis do País”, tendo, inclusive, passado segredos de Estado de países amigos do Brasil para os estadunidenses.

O sociólogo Emir Sader, diante das informações reveladas pelo WikiLeaks, analisa que terminada a guerra fria, com a desaparecimento de um dos campos e a vitória do outro, as máquinas de guerra não foram desmontadas. A Otan, nascida supostamente para deter o “expansionismo soviético” foi reciclada para combater os novos inimigos: o “terrorismo”, o “islamismo”, o “narcotráfico” etc. “Os documentos publicados (*no WikiLeaks*) confirmam tudo o que os aparentemente paranoicos difundiam sobre os planos e as ações dos EUA no mundo. (...) Qualquer compreensão do mundo contemporâneo que não leve em conta, como fator central, a hegemonia imperial norte-americana não capta o essencial das relações de poder que regem o mundo. A leitura dos documentos é uma aula sobre o imperialismo contemporâneo”, escreve Sader.

BEM-VINDO AO ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

Diante da onda neoconservadora em contraposição ao crescimento das forças de centro-esquerda, tivemos de esperar até a campanha eleitoral que elegeu Dilma para ver se reagrupar em nosso País as forças moralistas, misóginas, xenófobas e racistas. A onda iniciada em São Paulo contra os nordestinos foi um exemplo. A recidiva sulista dos separatistas – ainda que eles não tenham votos e parece que nem se interessam em tê-los –, é outro exemplo. Nesse *imblóglia* mundial, os antes “esquerdistas” Hillary Clinton e Obama, tornam-se perseguidores de Assange, um anti-herói louro que flerta com a desobediência civil, cuja ideia nasceu justamente os EUA com Emerson e Henry David Thoreau – este último inspirador de Gandhi mas também citado pelos “libertários” do Tea Party!

Um lugar comum cabe nessa hora: a História se repete como farsa. Na edição janeiro de 1939, a revista Time estampou em sua capa Adolf Hitler como a “Pessoa do Ano” de 1938. Hoje, em dezembro de 2010, Julian Assange, o “apátrida”, o “fugitivo”, o jovem *hacker* que ousou desafiar o Império, está na lista de nomeados para a tradicional eleição da revista norte-americana. Assange compete, entre outros, com Obama, Lady Gaga e os 33 mineiros chilenos. É o mundo visto e organizado pelos olhos da mídia – nossas vidas como subproduto da indústria cultural na era da informação instantânea.

Fico imaginando o que não deve pensar hoje o rapazote engravatado, lá do início do texto, diante da história contada pelo jornalista Antonio Luiz Costa sobre a reunião do G-20, em Seul: “Timothy Geithner, secretário do Tesouro dos Estados Unidos, propõe ao Grupo dos 20 uma regra que limitaria a 4% do PIB os déficits ou superávits nacionais de conta corrente. O vice-chanceler da China, Cui Tianshan, responde que ‘a imposição artificial, de uma meta numérica, só nos lembra da era das economias planificadas.’” Como disse Antônio Costa, ironia pouca é bobagem.

*Da Redação.

Do cais do porto à Serrinha: política e arte

Dyonne Boy*

Recentemente, o Morro da Serrinha, em Madureira, tem ganhado o noticiário com notícias de uma guerra não mais particular. Mas sua história, de mais de 100 anos, mistura política, arte e tradição como poucas comunidades da cidade.

Isto porque muitos dos homens que fundaram e moravam na Serrinha, no início do século passado, trabalhavam no cais do porto e lideraram movimentos políticos no centro da cidade. Assim aconteceu com a fundação de um dos primeiros sindicatos do país, o “Resistência”, fundado em 15 de abril de 1905, representando os arrumadores do cais do porto. Estes estivadores também criaram blocos organizados de carnaval, como o “Prazer da Serrinha”, a partir do qual, mais tarde, uma dissidência iria formar a Escola de Samba Império Serrano.

A atmosfera na comunidade, por volta dos anos 40, que conjugava organização sindical, cultura popular tradicional e renda, gerou um ambiente propício para as associações comunitárias principalmente de base cultural. Era através dos encontros festivos e eventos comunitários que, aos poucos, os moradores iam se articulando e conquistando direitos para a comunidade.

As ladainhas, os blocos de carnaval, os pastoris, as casas de umbanda, o samba de partido-alto, o calango e o jongo da Serrinha ficaram famosos, atraindo a visita de intelectuais, políticos e artistas do outro lado da cidade para suas rodas de samba, festejos e umbandas.

Assim sucedeu a relação de amizade entre seu Zacarias de Oliveira e o ministro Edgar Romero, nome até hoje da principal avenida de Madureira. Seu



Fotos: alcino gandinotto

Tia Maria do Jongo, Luiza Marmello, Lazyr Sinval, Deli Monteiro: linha de frente feminina do Jongo

Zacarias era funcionário da Companhia da Limpeza Urbana e cabo eleitoral de Edgar Romero, com quem fez grande amizade. Quando este ganhou uma eleição, ofereceu àquele um emprego melhor, mas Zacarias preferiu, ao invés do emprego, que fosse instalado o sistema de água encanada na Serrinha, pois os moradores tinham de ir buscá-la em Madureira e Irajá.

Mano Elói Antero Dias, Silas de Oliveira, Aniceto Menezes¹, Pedro Monteiro, Seu Antenor², Mano Décio da Viola³, Mestre Fuleiro⁴, entre outros, eram alguns destes ilustres “operários artistas” que fizeram da experiência do cais do porto um diferencial na organização cultural e na formação da identidade comunitária. Compuseram diversas músicas, entre sambas, jongsos, choros e partidos-alto sobre a Serrinha, formando um verdadeiro hinário de louvor à comunidade. Devido ao talento destes artistas, e em especial de Silas de Oliveira, considerado o poeta maior da Serrinha e reconhecido como o inventor do samba-enredo, o morro de Ma-

dureira difundiu uma auto-imagem positiva que remetia a um local bucólico, familiar e acolhedor, ao mesmo tempo que fortalecia, internamente, a identidade e o sentimento de pertencimento de seus moradores. Mas esse movimento tinha também uma função política.

Um dos mais importantes movimentos surgidos na comunidade foi a fundação do Império Serrano, escola até hoje adorada e prestigiada por seus moradores. O nascimento da nova escola de samba, que seria campeã por quatro anos consecutivos à data de sua fundação, elevou o nível de organização do campeonato, alterando a estrutura, inclusive, de suas principais adversárias, Mangueira e Portela. As escolas de samba eram até então mais parecidas com blocos carnavalescos, e naquele ano de 1947, o recém-nascido Império Serrano inovou ao montar um desfile com samba-enredo com fantasias correspondentes ao tema, divididas em alas, além de ter o financiamento dos desfiles pagos pelos próprios associados, à diferença das demais

escolas cujos principais subsídios vinham da contravenção.

Foi na casa da família Oliveira na Rua Balaiada, no coração do morro da Serrinha, sob o signo da liberdade de opinião, que a ideia de Sebastião de Oliveira, o Molequinho, estivador do cais do porto, filho de Zacarias de Oliveira, organizador de blocos e eventos comunitários e fundador da própria comunidade, se tornou realidade: saiu reunindo num caderno as assinaturas dos que o apoiavam e, em 23 de março de 1947, Molequinho, com seus irmãos, compadres e amigos, fundou a agremiação inovadora na forma de gestão. Ninguém mais poderia dar ordens sem aprovação de um conselho.

Para a existência da nova escola foi fundamental o apoio e a experiência de Elói Antero Dias, presidente do sindicato dos arrumadores da estiva, compositor, jongueiro, pai de santo e figura muito influente nas rodas cidade. Mano Elói Antero Dias, como presidente do Resistência, fez do sindicato uma espécie de “clube negro” onde privilegiava

A atmosfera na comunidade, por volta dos anos 40, que conjugava organização sindical, cultura popular tradicional e renda, gerou um ambiente propício para as associações comunitárias principalmente de base cultural. Era através dos encontros festivos e eventos comunitários que, aos poucos, os moradores iam se articulando e conquistando direitos para a comunidade



Comunidade da Serrinha: registro da última festa junina organizada pela ONG Jongo da Serrinha

moradores da Serrinha, Madureira, Vaz Lobo, Quintino, Campinho, Oswaldo Cruz e adjacências para a filiação ao sindicato. Isto porque, sendo parentes e/ou “cumpadres”, tais estivadores eram os principais financiadores da escola de samba da comunidade, contribuindo com cerca de 1/3 de sua renda para a escola.

O sindicato não era combativo, tinha um foco mais organizacional, e teve seu auge de organização na década de 40 e 50, época em que Elói era presidente. Apesar de não morar na Serrinha, Elói frequentava suas casas e festas e sua filha casou-se com o filho do influente Zacari-

as Oliveira, João de Oliveira, conhecido como João Gradim, irmão de Molequinho, Tia Maria do Jongo e D. Eulália. Seu genro foi o primeiro presidente da nova agremiação, e Mano Elói, como era chamado, não poupou esforços para que o Império Serrano se impusesse, desde o primeiro momento, como uma escola nova e diferente.

Na década de 50, havia no local uma peculiar concentração de artistas, como o genial Silas de Oliveira (“inventor do samba-enredo”), Dona Ivone Lara, Mano Décio da Viola, Aniceto Menezes, Molequinho, Darcy do Jongo, além de Mano Elói. Du-

rante este período, aumentaram consideravelmente as importações e exportações brasileiras, fazendo com que houvesse “mais trabalho do que trabalhador no

sindicato e conseqüentemente mais dinheiro em caixa.

*Coordenadora executiva do Jongo da Serrinha.



Sebastião Molequinho: fundador do Império Serrano, carteirinha número 1 da escola, irmão de Tia Maria do Jongo

1- Aniceto Menezes (1912-1993), o Aniceto do Império, nasceu no bairro do Estácio e era considerado o maior improvisador da história do samba carioca. Fundou o Império Serrano com Mestre Fuleiro e Molequinho, sendo orador da escola. Certa vez, na década de 70, foi desafiado por um jovem sambista e sua mãe a improvisar versos na quadra do Bloco Carnavalesco Cara de Boi, no Maracanã. Em poucos minutos, mãe e filho foram “massacrados” pelas inúmeras rimas criativas de Aniceto que passou então a pedir temas para a plateia. Ficou a noite toda improvisando. O genial artista, contudo, lançou seu primeiro LP, “Quem samba fica”, apenas com 65 anos.

2- Antenor dos Santos nasceu em Minas Gerais e faleceu no Rio de Janeiro. Era famoso na Serrinha por “dar” o jongo no dia 29 de junho, dia de São Pedro.

3- Baiano de Santo Amaro, Dé-

cio Antônio Carlos (1909-1984), o Mano Décio da Viola, ainda pequeno mudou-se para o Rio de Janeiro. Morou no Morros de Santo Antônio e, em seguida, no Morro do Castelo. Foi um típico menino de rua do centro da cidade: dormiu ao relento, vendeu água, jornal, bilhetes e foi morar de favor com uma família no Catumbi. Frequentou as principais rodas de samba da cidade até gravar seu primeiro samba “Vem, meu amor” e ficar conhecido na cidade na década de 1930. Suas primeiras músicas, como a de outros compositores populares, eram vendidas para que pudesse sobreviver.

4- Antônio dos Santos (1911-1997), o Fuleiro, nasceu no bairro do Andaraí, no Rio de Janeiro, filho de Paulino dos Santos e Teresa Benta dos Santos, a Vovó Teresa, jongueira do tempo do cativo que faleceu em 1979 com 115 anos de idade. Vovó Teresa fora empregada doméstica do marechal Deodoro da Fonseca. Mestre Fuleiro ficou famoso no mundo do samba como Mestre de Harmonia do Império Serrano.

Uma noite em Azul e Branco

Encontro da Família Portelense será na quadra do GRES Sisejufe

Roberto Ponciano*

No próximo dia 10 de dezembro os tambores vão soar forte na 19ª Edição do Botequim do Sisejufe.

A Velha Guarda da Portela, a mais tradicional do Rio de Janeiro, e o cantor e compositor Marquinhos de Oswaldo Cruz, um dos idealizadores do Trem do Samba e do Dia Nacional do Samba, vão nos levar “numa onda que corta a avenida de espumas e nos arrasta a sambar”.

No GRES Sisejufe, que terá seu ensaio na Associação dos Empregados do Comércio [Av. Rio Branco, 120].

O Encontro da Família Portelense, com a famosa Feijoada da Tia Surica, resgatou o samba de quadra no Rio de Janeiro e incentivou a que Mangueira, Império Serrano e Salgueiro fizessem também sambas de quadra com suas Velhas Guardas.

Marquinhos foi um dos artífices desta retomada, que surgiu em 2000. Numa conversa do compositor com sua esposa Denise e alguns amigos e amigas portelenses, foi lançada a ideia do resgate da Família Portelense através da feijoada. Segundo o próprio Marquinhos, em entrevista concedida ao portal Portela Web: “A ideia inicial era reunir os antigos e os novos portelenses. Conversei com “seu” Carlos (Carlinhos Maracanã – ex presidente da escola) e falei que deveríamos convidar a Velha Guarda para abrir a feijoada”.

Com a concordância do presidente, Marquinhos de Oswaldo Cruz, sua esposa Denise e Áurea Martins (também da Velha Guarda e que estampa a capa desta nossa edição de fim de ano) fo-



Foto: Henri Figueiredo

Convites à venda no Sisejufe – Festa 10 de dezembro, a partir das 19h30min, na Galeria dos Empregados do Comércio, Av. Rio Branco 120 – 2º andar. R\$ 20 para sindicalizados e R\$ 20 para acompanhante de sindicalizado. R\$ 40 para não sindicalizados

ram de casa em casa reunindo as pessoas para a primeira feijoada. No primeiro dia foi um evento “pequeno” que reuniu 300, 400 pessoas, todos de azul e branco, e alguns choraram. Hoje reúne milhares e ocupa o Portelão.

Este evento foi uma espécie de retomada do samba de quadra carioca, aquele que os compositores da escola faziam durante a semana e levavam na quadra para cantar com a comunidade. Deu tão certo que, além das outras feijoadas de escolas tradicionais, também existe um concurso anual de samba de quadra.

Hoje o Encontro da Família Portelense é um território de pertencimento onde se celebram a raiz e a tradição. Recentemente Monarco e Marquinhos fizeram um chama-

mento a todos os portelenses pela preservação das tradições da Feijoada da Família Portelense e respeito “ao território sagrado do samba”.

Marquinhos diz que aprendeu que “o respeito aos mais velhos e às tradições é fundamental no samba”. E prossegue: “A grande maioria que vem à quadra, principalmente de longe, vem para ver a Velha Guarda. Ela é a atração principal. Um lugar, uma escola que deu Paulo da Portela, Alviade, Manacéia, Candeia, Monarco e tantos outros tem que ser respeitada. A importância dessa localidade e da instituição Portela para a história do samba é incontestável. Por isso o “território sagrado do samba”. (...) A Portela é referência e deve continuar sendo, inclusive para todas as outras feijoadas que vieram depois. (...) A Portela ainda

é, principalmente na pessoa de mestre Monarco, referência quando se fala em tradição do samba. Monarco e a Velha Guarda da Portela. Monarco é hoje o que Paulo foi naquele momento de fundação da Escola. Que o Candeia também foi depois.”

Este tipo de samba, tradicional e requintado, joia rara, será o ponto alto de nossa festa de fim de ano. Venha celebrar nossa cultura e identidade conosco.

“Abram alas, deixem a Portela passar, é voz que não se cala, é canto de alegria no ar!”

Certamente você conhece um samba da Velha Guarda e nem sabe que conhece... veja trechos de alguns deles: Numa estrada desta vida eu te conheci, ó flor... Quero viver como um passarinho... Leva um recado a quem me deu tanto dissabor... Deixem-me ir preciso andar, vou por aí a procurar rir para não chorar... Eu sou o samba! A voz do morro sou eu mesmo sim senhor... Se alguém perguntar por mim, diz que fui por aí... Portela é uma família reunida, falo de cabeça erguida com grande satisfação... Abre a janela formosa mulher, cantava o poeta cantador... Pela porta aberta de um coração magoado... Eu quis te dar um grande amor, mas você não se acostumou a vida de um lar, o que você quer é vadiar... Vou sambar na Portela em plena avenida, libertar a alegria oprimida da vida.

Para terminar, fica o convite: vem para Portela lá lá, vem para Portela lô lô, terás o céu de amor e paz no coração!

*Diretor do Sisejufe.

Zumbi, o Almirante e a Consciência Negra

Maria Júlia Nogueira*

Neste ano, no mês de novembro, além do Dia Nacional da Consciência Negra, dia 20, estaremos comemorando, no dia 22 os 100 anos da Revolta da Chibata, liderada pelo Almirante Negro, João Cândido Felizberto. A rebelião foi desencadeada por melhores salários e contra os castigos corporais na Marinha, e conseguiu acabar com um dos grandes símbolos da escravidão – que perdurava 32 anos após a assinatura da Lei Áurea –, apesar de ter sido violentamente reprimida pelas autoridades, que descumpriram a palavra empenhada nas negociações.

Esta data deve entrar para o calendário sindical, pois certamente foi um dos mais significativos movimentos de trabalhadores brasileiros que se organizaram para lutar por melhores condições de vida, salários e dignidade, marcando definitivamente o fim do modelo escravista nas relações de trabalho a partir da concepção que os trabalhadores são sujeitos de direitos.

A legislação trabalhista formalizada por Getúlio Vargas, a partir das demandas dos comunistas e anarquistas, organizados em sindicatos, certamente sofreu influência dos avanços protagonizados pelos marinheiros negros que ousaram enfrentar as elites republicanas e defender seus direitos.

Os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil encerram o ano de 2010 com um balanço positivo: mês a mês o desemprego diminuiu, acelera-se a ascensão social de parcelas imensas da população, os programas sociais tiram milhões da miséria e os inserem no mercado consumidor. Milhares de filhos de trabalhadores chegaram às universidades através do ProUni, o êxodo rural diminuiu porque o Pro-



na permite o desenvolvimento da agricultura familiar, a indústria, a construção civil, o comércio, os serviços batem recordes de crescimento em contratações.

Negros e brancos que lutam contra o racismo têm na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial uma razão a mais para comemorar. Embora esta não seja a lei dos nossos sonhos, não há como negar que significou importante avanço na luta contra o racismo e pela promoção da igualdade racial.

Nem tudo são flores, entretanto. A cada conquista em direção a um país mais justo e igualitário, há a reação dos grupos sociais secularmente beneficiados pelo Estado, pela exploração do trabalho escravo e discriminação à que os negros foram submetidos desde a abolição, que reagem de forma violenta, tentando de todas as formas impedir qualquer avanço.

O comportamento destes setores no debate a respeito das cotas, na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e na oposição que fazem aos programas

sociais, dá a medida do quanto estão decididos a perpetuarem as diferenças, discriminações, injustiças e o abismo social entre negros e brancos que, desde os tempos coloniais, são as marcas do nosso país.

Ao rememorarmos os 100 anos da Revolta da Chibata e os 315 anos da Morte de Zumbi dos Palmares, temos que estar conscientes que muito ainda precisamos conquistar e que a luta por um país sem nenhum tipo de discriminação é longo e difícil, pois quem se beneficia das injustiças lança mão de todas as armas possíveis para manter seus privilégios.

Um exemplo disso foi a liminar solicitada e obtida pela Ciesp, presidida por Paulo Skaf, suspendendo o feriado do dia 20 de novembro na cidade de São Paulo para todas as suas 10 mil empresas associadas. A decisão foi do desembargador Venício Sales, do Tribunal de Justiça de São Paulo. Na cidade de Guarulhos, ação semelhante à de São Paulo suspendeu o feriado desde 2007. A Prefeitura da ci-

Ao rememorarmos os 100 anos da Revolta da Chibata e os 315 anos da Morte de Zumbi dos Palmares, temos que estar conscientes que muito ainda precisamos conquistar e que a luta por um país sem nenhum tipo de discriminação é longa e difícil, pois quem se beneficia das injustiças lança mão de todas as armas possíveis para manter seus privilégios

dade recorreu, mas o julgamento de mérito até hoje ainda não foi realizado.

Tal liminar ameaça o feriado em todos os lugares onde ele foi conquistado.

Que o espírito de Zumbi e João Cândido ilumine nossas cabeças para que a luta contra a discriminação racial cresça e seja abraçada por todo o movimento sindical, por todo homem e mulher que sonha e constrói um país melhor.

*Secretária Nacional de Combate ao Racismo da CUT.

Monteiro Lobato, o racismo e uma falsa polêmica

Nossa indústria de escândalos precisa de urgente renovação. Depois do “Ministério da Educação acéfalo” que só acertou em 99,94% das provas do ENEM, há uma polêmica sobre Monteiro Lobato que, aliás, será do agrado dos que reclamam do Fla x Flu entre lulismo e antilulismo. Desta feita, há governistas e opositores em ambos os lados da polêmica. Isto não a torna, evidentemente, mais interessante

Idelber Avelar*

Aldo Rebelo, o professor Deonísio da Silva, Augusto Nunes e dezenas de tuiteiros fizeram uma tempestade numa xícara d'água contra uma suposta “censura” sofrida pelo autor de Urupês. Em comum entre todos eles, a ausência de qualquer citação do parecer que foi pedido ao MEC sobre “Caçadas de Pedrinho” (ou, no caso de Aldo, a presença de citações distorcidas do texto). O blogueiro do Serra, que eu saiba, ainda não surtou com o tema, mas não duvide. Se, depois de ler algo da obra infantil de Lobato, você ler o parecer do MEC sobre o tema, perceberá a pobreza da indústria do escândalo.

O pedido de parecer recebido pelo MEC se relaciona com algo comum no ensino de obras literárias, em especial para jovens ou crianças: a contextualização necessária para que epítetos, comportamentos discriminatórios, racis-

mo explícito, ódio a povos ou a orientações sexuais etc., sancionadas e apresentadas como normais no contexto em que a obra foi escrita ou no interior dela (e qual é a relação entre obra e contexto em cada caso, claro, é um vasto problema), sejam lidos criticamente e não replicados como modelo pelos alunos. Não é tão fácil como parece. No caso de Monteiro Lobato, é imensamente difícil.

O deputado Aldo Rebelo diz: “Se o disparate prosperar, nenhuma grande obra será lida por nossos estudantes, a não ser que aguilhoada pela restrição da ‘nota explicativa’ — a começar da Bíblia, com suas numerosas passagens acerca da “submissão da mulher”, e dos livros de José de Alencar, Machado de Assis e Graciliano Ramos; dos de Nelson Rodrigues, nem se fale. Em todos cintilam trechos politicamente incorretos”.

O deputado Aldo Rebelo vive num mundo onde todas as discussões acerca da cultura se dão num terreno ameaçado, pelo estrangeirismo ou

pelo politicamente correto. O deputado tem uma concepção estática, patrimonialista de cultura nacional. Para ele, o passado é uma coleção de sacralidades intocáveis. É o oposto de uma concepção benjaminiana acerca do que é o pretérito.

A comparação feita por Aldo, entre Lobato e Nelson Rodrigues, é estapafúrdia, por ignorar o contexto em que se faz o pedido de parecer ao MEC: o da obra “Caçadas de Pedrinho” em salas de aulas do ensino fundamental e médio. Ora, salvo engano meu, não há garotos de 4º ou 5º ano lendo “Vestido de noiva” ou “Bonitinha, mas ordinária” nas escolas públicas ou particulares brasileiras. Se eles se introduzem à obra de Nelson na adolescência tardia ou depois, na faculdade, essa situação não tem nada em comum, entendamos, com um garoto negro ou mulato de 10 ou 11 anos de idade sendo introduzido social, coletivamente à pesada linguagem racista que se encontra em parte da obra de Monteiro Lobato. Tenho

tentado ser contido mas, com vossa permissão, sugiro que só uma besta-quadrada ou um malintencionado não enxerga isso.

Pois muito bem, dados os fatos de que 1) Monteiro Lobato é peça chave da nossa tradição literária, especialmente canônico e fundacional para a literatura infantil; 2) uma obra como “Caçadas de Pedrinho” está eivada de linguagem pesadamente racista; 3) essa linguagem não vem de um “vilão” da história depois punido, mas é sancionada pela obra, posto que enunciada por Emília, a personagem querida, central, convidativa à identificação; coloca-se aí um problema nada simples para o educador. Quem acha que é simples que faça, por gentileza, o exercício de imaginar alguns dos trechos animalizados de negros, citados pelo Sergio Leo, numa sala de aula com, digamos, 20 ou 22 crianças brancas ou branco mestiças e 3 ou 4 crianças negras ou negro mestiças. Imagine, monte seu plano de aula e me conte. É uma situação que



Nenhuma obra literária está completamente “solta”, “livre” dos valores de sua época e nenhuma grande obra é simplesmente um reflexo desses valores tampouco. Cada obra rearticula, reescreve, chacoalha, reinterpreta os valores de seu tempo. Em outras palavras, o mesmo Monteiro Lobato cujos diálogos estão eivados de racismo pode servir para questionar o racismo. O mesmo Conrad que está encharcado de colonialismo pode servir para questionar a empreitada colonial. O mesmo Nelson Rodrigues que está empapado de misoginia pode ser lido de forma feminista, emancipatória. Mas estas duas últimas tarefas, em sala de aula, são menos explosivas e complexas que a primeira, posto que no caso de Lobato você está lidando com garotos de 10, 11 anos de idade

tem o potencial de ser tremendamente traumática para a criança.

O que fazer, então? Ninguém, em nenhum momento, falou em “proibir” ou “censurar” Lobato. Em nenhum momento se falou sequer de emendar o texto de Lobato, coisa com a qual eu, particularmente, não teria grandes problemas, desde que fosse bem feito.

Na verdade, basta ler o raio do parecer do MEC para ver que, concorde-se com o texto ou não, ele está escrito dentro de um espírito razoável: fornecer ao educador instrumentos (introdução, notas ao pé de página etc.) que contextualizem epítetos e caracterizações que hoje são inaceitáveis em nossa interação social. O parecer não está escrito em jargão de especialista, mas está informado pela leitura de alguns dos melhores estudiosos de recepção

de obras literárias no Brasil, como Marisa Lajolo (que, além de ser estudiosa de estética da recepção, é autora de um artigo importante sobre o negro em Lobato).

O parecer explica, em linguagem clara, algo que é amplamente consensual entre estudiosos de literatura: que nenhuma obra literária está completamente “solta”, “livre” dos valores de sua época e que nenhuma grande obra é simplesmente um reflexo desses valores tampouco. Cada obra rearticula, reescreve, chacoalha, reinterpreta os valores de seu tempo. Em outras palavras, o mesmo Monteiro Lobato cujos diálogos estão eivados de racismo pode servir para questionar o racismo. O mesmo Conrad que está encharcado de colonialismo pode servir para questionar a empreitada colonial. O mesmo Nelson Rodrigues que está empapado

de misoginia pode ser lido de forma feminista, emancipatória. Mas estas duas últimas tarefas, em sala de aula, são menos explosivas e complexas que a primeira, posto que no caso de Lobato você está lidando com garotos de 10, 11 anos de idade.

Um aparato de notas é o mínimo a que um professor tem direito para trabalhar com as perorações racistas de Emília numa sala de aula do século XXI. Inventemos escândalos mais inteligentes. Aqueles baseados na sacralização dos documentos de cultura passados estão ficando meio tediosos.

Suponho estar óbvio que o parecer do MEC sequer desestimula (que dirá proíbe) a adoção de “Caçadas de Pedrinho” ou de qualquer outra obra de Lobato. (...). De minha parte, eu não sei se adotaria o livro ou não. Optei por dar aulas para adultos, em parte, para

não ter que tomar decisões como esta (como sou um homem de muitos vícios, prefiro lecionar para gente que já adquiriu algum). Eu provavelmente não a adotaria num contexto em que os garotos negros fossem pequena minoria em sala de aula. Eu estaria mais à vontade para adotá-la (porque Lobato realmente é muito bom) se eu sentisse que estou equipado para tornar o texto um instrumento de debate do próprio racismo. É sempre caso a caso. O parecer do MEC não substitui a decisão de cada professor. Só oferece elementos para subsidiá-la.

*Professor, Dept. of Spanish and Portuguese – Tulane University – New Orleans.

A íntegra deste texto com todos os links sugeridos pelo autor em <http://migre.me/2jeVC>.

Prendam a Emí

Ah, Stanislaw, que saudade, Stanislaw! Que falta que você, Sérgio Porto, e o Aparício, nosso grande Barão de Itararé nos fazem. Com todos estes comediantes reacionários que só sabem fazer piadas de direita contra o Bolsa Família, vocês dois, libertários, teriam material de sobra, não só na política, mas dos próprios “humoristas” sem imaginação e sem alma para fazer piadas daquelas de se gargalhar no velório. Queria ver vocês se empurrando no anedotário com a última falsa polêmica da política nacional.

Não digo do relatório do MEC, que nada falou de demais, ao contrário, apenas contextualizou o ensino de Monteiro Lobato em sua época histórica, mas digo da batalha sobre ele que depois sobreveio. A batalha sobre o suposto racismo de Monteiro Lobato preencheu o noticiário da imprensa, na falta de coisa melhor para falar, subiu a tribuna do plenário da Câmara, e misturou, em ambos os lados, comunistas, anticomunistas, liberais, pós-liberais, antitudo, a favor de tudo, pós-modernos, pós-socialistas, pós-macumbeiros, anti-escoteiros, fazendo uma bandalheira na cabeça de muita gente. Isso deve estar fazendo que muita mãe fuja dos livros do bom Lobato como evangélico foge de despacho na encruzilhada!

Nos momentos de ardor patriótico do bom Aldo Rebelo, defendendo arduamente Lobato da proibição que não houve, eu cheguei mesmo a pensar naqueles momentos de galhofa do Febeapá, quando uma determinada Câmara dos Vereadores tentou revogar a lei da gravidade.

Do outro lado, num tresloucado ataque a Lobato, alguns patrulheiros de plantão estão dis-



postos a criar o socialismo eugênico. Já que não conseguimos criar o socialismo na prática, ao menos pratiquemos a Tcheca Stalinista. Nossos bons patrulheiros vermelhos, depois de denunciarem Chico por machismo, porque em “A Ópera do Malandro” o personagem principal é um cafajeste que rouba e usa o dinheiro da mulher explorada, agora querem libertar Tia Nastácia da cozinha. Tem gente que quer um mundo vermelho, quer o paraíso marxista, com todo mundo vestido de anjinho e entoando a Internacional.

Vamos regenerar o Max, personagem malandro da Ópera: ele só vai tomar todinho, vai se filiar ao PCB, vai tratar a prosti-

tuta Margot (que agora com certeza não seria mais uma prostituta, mas uma camarada socióloga ou assistente social formada via ProUni) de “meu amor”, sem nunca encostar a mão nela e nunca conhecerá outra mulher, afinal adultério é machismo, e nenhum militante do movimento social trai sua camarada – são mais fiéis que os fundamentalistas do Opus Dei! Sexo, só com as camaradas vermelhas! Abaixo todo o machismo da obra de Chico, a Lapa boêmia nunca existiu! Censure-se “Mulheres de Atenas”, símbolo maior do machista Chico (por mais que em várias entrevistas Chico tente explicar mil vezes que o exemplo das mulheres de Atenas não era para ser seguido...

patrulhas ideológicas não entendem de sarcasmo e ironia).

Fica muito parecido com a idiotice da ditadura militar que no auge do AI-5 mandava censurar “O vermelho e o negro” de Stendhal (vermelho e negro só pode ser livro anarco-comunista!), censurava Eurípides e exarava ordem de prisão contra um tal de Aristófanes, que tenta subverter a moral e os bons costumes! Mas bastava Chico mudar seu nome para Julinho da Adelaide e todas as suas músicas eram liberadas!

Mostrar as contradições da sociedade nunca foi racismo, varrer para debaixo do tapete, sim. Construir um paraíso no imaginário, aliás projeto já sonhado desde Platão, que na sua

Emília!



sociedade totalitária de a República queria censurar Homero!

Daqui a pouco vai sair uma ordem de prisão para Emília, que além de tudo é símbolo machista. Afinal de contas, ser boneca exalta o caráter submisso feminino. Emília será mandada para uma plantação de repolhos na qual fará reeducação ideológica e recitará Marx e Lênin. O Visconde de Sabugosa vai virar camarada Sabugosa e vai entrar para o MST. Dona Benta vai ter seu sítio expropriado e será exilada em Miami junto com *los gusanitos* de Fidel, tia Nastácia, resgatada pelo poder do ProUni será uma doutora socióloga, que escreverá sua tese sobre as profundas mudanças advindas no campo brasileiro, desde que

Dona Benta vai ter seu sítio expropriado e será exilada em Miami junto com *los gusanitos* de Fidel, tia Nastácia, resgatada pelo poder do ProUni será uma doutora socióloga

derrubamos o sítio do Picapau Amarelo e o transformamos no sítio do Picapau Vermelho Coletivizado. Quindim, Cuca e todos os outros bobos personagens do imaginário popular serão substituídos pela leitura de “Que Fazer” e assim entraremos todos no céu de Marx-Engels-Lênin. Tudo isto no Brasil agrário da década de 20 do século passado, que com certeza não tinha cozinheiras negras advindas da escravidão... eram todas precursoras do feminismo irredentista do século 21!

Para findar, vamos reescrever a história, como o fez Stálin mandando pintar as fotos da Revolução para retirar Trotsky delas. Cartola? Nunca foi porteiro ou lavador de carros, camarada Cartola, formado na Universidade de Moscou, grande compositor clássico, influenciado por Beethoven, na verdade, era doutor em Ciências Sociais e na suas horas vagas fazia música popular revolucionária.

Sinceramente, a este patrulhamento todo, ainda prefiro “Caçadas de Pedrinho!”

*Fulgêncio Pedra Branca é alcoólatra, hipocondríaco e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil que fazer.

Dica Jurídica

“Reforma do Estado ou Reforma da Constituição?”

Regina Helena Machado
técnica judiciária aposentada do TRE

A exposição lógica, agradável e sedutora que Regina Helena Machado já exibira em escrito anterior (Medida Provisória ou a Medida do Poder, Rio, 1997), investe, lá como aqui, em tema que domina com facilidade, embora a muitos assuste: nada mais é a Constituição senão instrumento jurídico posto à disposição da Política. No atual estágio de nossa ainda incipiente democracia, vê-se os detentores ocasionais do Poder (ainda que nele investidos pelo voto popular) viabilizando juridicamente, através de sucessivas emendas constitucionais, as suas ideologias de concepção do Estado a serviço de postulados econômicos eventuais, aparentemente esquecidos de que a Constituição não se resume ao texto.

As emendas constitucionais dedicam-se, quase todas, à reforma do aparato do Poder e pouquíssimas portam instrumentos para a efetivação dos direitos fundamentais, estes, sim, as legítimas causas e fins do Poder do Estado. A Constituição está muito além do seu texto. Dela são extraídas pelo operador do Direito as normas de conduta dos agentes sociais – governantes ou não – na busca da preservação dos valores da nacionalidade e da cidadania, estes somente ao alcance dos membros da comunidade que podem compreender, ainda que superficialmente, o intrincado jogo do Poder.

Aqui se examina com proficiência a crise do Estado, o neoliberalismo, a globalização, a ex-

periência jurídica de outros países também em transição para um patamar de democracia muito superior a este em que vivemos. [Nagib Slaibi Filho]

UM DESAFIO

O livro de Regina Helena Machado apresenta sobretudo um desafio. Que tem por destinatários não só os profissionais e estudiosos do Direito, mas sobretudo todos os brasileiros e brasileiras que tenham um mínimo de consciência da cida-



dania e do ideal de lutar por mudanças que um dia virão no rumo de uma Nação Democrática no sentido formal e no material; em que o desenvolvimento e o progresso sejam gozados por todos e não por minorias privilegiadas; em que

haja liberdade e livre mercado, mas limitada aquela e regulado este em favor do interesse coletivo e do bem estar comum: em que o Povo, enfim, seja sujeito da História, não apenas elegendo seus dirigentes em pleitos isentos de fraudes e influência do poder econômico, mas participando diuturnamente da marcha do Estado, em todas as esferas, inclusive na vigilância e na cobrança de quem exerça autoridade em seu nome. Utopia? Sim. Mas que vale a pena ser perseguida. E, lendo-se com atenção a obra em berlinda, adquirir-se-ão preciosos elementos instrumentais para o Bom Combate. [Luiz Felipe Haddad]

O livro pode ser lido em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/17116/reforma-do-estado-ou-reforma-da-constituicao>.

CUT critica discurso de corte de gastos

A eleição de Dilma Rousseff foi conduzida pela esperança de aprofundar as mudanças. Entre as expectativas para o futuro governo, uma vem das promessas que a própria Dilma fez: erradicar a miséria do Brasil até 2014

Isaías Dalle*

Logo, a única alternativa é ampliar os investimentos públicos em políticas sociais, aprofundar a ação do Estado e aplicar maciçamente recursos no desenvolvimento de setores como a educação e a saúde e na valorização permanente do salário mínimo e da renda dos trabalhadores.

A conclusão, resultado dos debates realizados na manhã do dia 30 de novembro, durante a primeira parte da reunião da Executiva Nacional da CUT, contraria o discurso que a equipe econômica do futuro governo vem sustentando nos últimos dias.

“Estamos ouvindo o discurso de que é preciso reduzir os gastos de custeio, limitar os investimentos nas políticas públicas e sociais. Ao mesmo tempo, a Dilma, que foi eleita pelo povo brasileiro, promete erradicar a miséria. Para isso, tem de investir na educação, na saúde, tem de ter Estado”, comentou o presidente da Central, Artur Henrique, na abertura da análise de conjuntura, que seria conduzida pelo coordenador técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, logo depois.

“A Dilma não foi eleita para

fazer o mesmo. Ela foi eleita para aprofundar as mudanças”, afirmou ainda Artur. Portanto, a CUT deve cobrar do futuro governo, desde já, a garantia de uma interlocução permanente, um canal formal de diálogo. “Queremos uma outra forma de enxergar o movimento social e sindical. Eu não quero discutir só pauta de reivindicações. Eu quero discutir projeto de País. Nós temos propostas. Queremos ter influência política nos rumos do desenvolvimento”, disse o presidente da Central.

Crescimento no horizonte. E a distribuição?

Com o objetivo de disputar os rumos do futuro governo, Clemente Ganz Lúcio desafiou a audiência a pensar num projeto de dez anos. E fez um prognóstico: “Temos grande chance de um crescimento econômico continuado na média de 4%, 4,5% ao ano. Se acontecer, viveremos uma experiência inédita: nunca nenhum de nós viu isso acontecer. Se isso se confirmar, nossa renda média de 10 mil dólares por ano poderá chegar a 20 mil dólares”.

Média, lembrou Clemente, não quer dizer muito. “Se nossa renda média é de 10 mil dólares por ano, cadê a parte

da maioria?”, provocou. “Vamos querer chegar a esse cenário dos próximos 10 anos mantendo a concentração de renda que temos hoje?”.

Para ele, na estratégia de “pressão continuada” da CUT, a educação pública deve ser prioridade. “Não vamos nos iludir com a possibilidade de que os pobres façam revolução em suas vidas com uma educação pobre. Do ponto de vista de nossa estratégia, não vejo nada em patamar mais elevado”. Clemente lembrou que o despertar da consciência de classe depende da educação popular de qualidade.

Brasil versus crise

O coordenador técnico do Dieese voltou a defender uma estratégia de médio e longo prazo da queda consistente da taxa de juros como imprescindível para mudanças necessárias na questão do câmbio e nos reflexos para uma política industrial. Para ele, a questão do controle da inflação, hoje exercido apenas pela taxa básica de juros, deve ser encarada a partir de novos instrumentos. Propôs como exemplos a desindexação das tarifas públicas e um programa de segurança alimentar.

A mudança macroeconômica é mais importante ainda se observada a crise econômica internacional e a onda direitista que tenta varrer os direitos dos trabalhadores em diversos países.

“Se o Brasil sobreviveu à crise, foi especialmente por ter acreditado no fortalecimento do mercado interno”, comentou Clemente.

*Imprensa CUT Nacional.

42 ANOS DO AI-5

Democracia e liberdade sempre: CUT promove grande ato nacional no Rio

A manifestação, marcada para a sede da ABI, às 17h, acontece no dia 13 de dezembro, em que o famigerado AI-5 (Ato Institucional nº 5), tido como o golpe dentro do golpe, completa 42 anos. Durante o evento, será lançado o Prêmio CUT-Democracia e Liberdade Sempre, através do qual a central, todos os anos, sempre dia 13 de dezembro, homenageará personalidades e entidades destacadas na luta contra a opressão e em defesa da democracia. A CUT Nacional decidiu realizar a manifestação em reunião de sua Executiva Nacional, realizada dias 17 e 18 deste mês. A direção da central considerou fundamental dar uma resposta à onda de ataques da mídia e dos setores conservadores da sociedade contra a geração de brasileiros e brasileiras que, com coragem e abnegação, resistiu à ditadura, muitas vezes com o sacrifício da própria vida.

Fonte: Imprensa CUTRio.

O teto chegou. Agora é preciso garantir o resto

Tatiana Lima*

Quando Ideias em Revista chegou na Ocupação Manoel Congo, localizada na rua Alcino Guanabara, no centro do Rio, os moradores estavam apreensivos. Uma carta da Petrobras havia chegado com a informação de que a ocupação perdera o prazo para entrega de documentos à empresa. Com isso, a verba de R\$ 980 mil destinada à Manoel Congo não havia sido aprovada. Perder essa verba significaria o fim do sonho de autossustentabilidade de 42 famílias, parte delas com renda entre zero a três salários mínimos.

Após consultar os advogados da ONG Justiça Global, foi descoberto que a carta se referia a uma antiga matrícula. A verba para a reforma do 1º andar do prédio, onde funcionará um centro cultural e um restaurante com gestão dos próprios moradores da Manoel Congo, está garantida. Tudo não passou de um susto. O projeto de habitação, trabalho e renda do coletivo de moradores, integrantes do Movimento de Luta pela Moradia, está garantido.

Essa narrativa serve para ilustrar que a luta das centenas de brasileiros sem teto é complexa. Um dos principais entraves para prédios no centro urbano das cidades não serem destinados à moradia – em especial para famílias na faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos – é o argumento precoce de que os moradores não terão condições de arcar com os custos de manutenção do prédio: o pagamento de contas de água, luz, etc.

A luta dos movimentos de luta pela reforma urbana, não é somente por habitação, mas um projeto urbanístico de cidade que viabilize a uma real melhora nas condições de vida do trabalhador, incluindo essas famílias de fato no perímetro urbano. E

Pela primeira vez, um prédio do INSS foi adquirido por um governo estadual para ser destinado à habitação no Brasil. “A organização, pressão constante e luta dos moradores da ocupação Manoel Congo mostraram ao governo que não somos um grupinho de pessoas sem teto. Somos 8 milhões de brasileiros sem teto, trabalho e cidadania. Somos o vácuo de anos de políticas públicas”, diz a moradora Maria de Lourdes

isto passa, necessariamente, por geração de renda, emprego e cidadania, além da moradia. “A reforma urbana é mobilidade, trabalho e ocupação. Isso é o que permite a permanência das famílias, porque todas precisam trabalhar para se sustentarem e se locomover na cidade. E as oportunidades de emprego estão na região central”, explica a moradora Maria de Lourdes.

A assinatura do contrato de compra do imóvel, no dia 28 de outubro, pelo governo estadual, enfim, chegou. Essa é a primeira vez que um prédio do INSS é adquirido por um governo estadual para ser destinado à habitação no Brasil. “A organi-



Fotos: Coletivo de Comunicação Assentamento Urbano Utopia e Luta

Prédio Alcino Guanabara, na Cinelândia, ocupado há três anos por 42 famílias sem teto

zação, pressão constante e luta dos moradores da Manoel Congo mostraram ao governo que não somos um grupinho de pessoas sem teto. Somos 8 milhões de brasileiros sem teto, trabalho e cidadania. Somos o vácuo de anos de políticas públicas”, conclui Maria de Lourdes.

Mas foi o resultado de uma luta constante das famílias. “Foram três anos combatendo a burocracia dos mecanismos de governo. Ocupamos o INSS, a Secretaria Nacional de Patrimônio e União, a Caixa Econômica, a conferência do Ministério das Cidades, as ruas, enfim. Essa assinatura resulta do esforço de um coletivo que tem o objetivo

não de lutar por lutar. Mas de lutar e conquistar”, ressalta Maria de Lourdes, moradora da ocupação Manoel Congo e integrante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).

No total, a compra e reforma do prédio Alcino Guanabara, onde fica a ocupação está orçada em R\$ 2 milhões. A ocupação recebeu verbas do governo federal (R\$ 700 mil), e do governo estadual (R\$ 1,3 milhão). Porém, no projeto governamental não há destinação de verba para a reforma do 1º andar, onde funcionará o restaurante e o centro cultural que está no projeto da ocupação Manoel Congo. Em decorrência desta falta do recurso, o governo não concluiu o processo de compra do imóvel. O argumento era que apenas quando todo o orçamento para reforma estivesse garantido, o prédio poderia ser adquirido. Por isso, o coletivo de moradores através do edital do Programa de Cidadania e Renda da Petrobras, tentaram conseguir o restante do dinheiro necessário para execução das obras.



Lourdes fala aos moradores em ato na CEF, em 28 de outubro

*Da Redação.

Encontro da Associação Mundial de Rádios Comunitárias discute a criminalização das rádios no mundo

Tatiana Lima*

Três de novembro de 2010, La Plata, Argentina. A Décima Conferência Mundial das Rádios Comunitárias (Amarc10), cujo tema foi “Democratizando a palavra para democratizar a sociedade”, termina e conclui: a criminalização das rádios comunitárias a partir do monopólio das comunicações ocorre em todo o mundo. De diversas formas, seja na África, Ásia-Pacífico, Europa ou nas Américas, o direito humano à comunicação é negado. Durante cinco dias, de 8 a 13 de novembro, essa e outras realidades foram a tônica das intervenções de mais de 600 radiodifusores, que participaram da conferência. O relator da ONU, Frank La Rue, defendeu o direito à comunicação e criticou o castigo penal a radialistas. Para ele, o Estado tem que regular os meios de comunicações de maneira igualitária com garantias de participação para todos os atores. “O uso não autorizado de frequências acontece porque o Estado não regulou com base nos princípios de igualdade e justiça”, afirmou La Rue.

O relator da ONU considerou inaceitável que um comunicador no México tenha sido sentenciado há dois anos de prisão. “É inaceitável que alguém seja julgado e condenado por exercer a liberdade de expressão. Isto é o regresso à inquisição da Idade Média”, afirmou.

Maria Pia Matta, primeira mulher e cidadã latino-americana eleita em assembleia realizada na conferência para a presidência do conselho da Associação Mundial das Rádios Comunitárias (Amarc), apelou para uma maior solidariedade com as emissoras perseguidas em vários países. “Em todo o mundo os representantes de rádios comunitárias, independentes e livres são criminalizados e perseguidos. Os meios comunitários permitem visibilizar as relações de poder presentes na sociedade. São essenciais ao direito humano a comunicação”, disse Maria.

O direito à comunicação e à liberdade de expressão constam no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na prática, o monopólio das comunicações, especialmente na América Latina, cerceia esse direito.

Monopólio

A enorme concentração de emissoras de rádios e TVs nas mãos de poucos é um dos grandes problemas quando o assunto é liberdade de expressão. Essa é a opinião do relator especial da ONU sobre Direito à Liberdade de Opinião e Expressão. Para Frank La Rue, são três os desafios ao direito à comunicação neste século.

Na avaliação do relator, é necessário mudar legislações que censuram, acabar com a perseguição aos jornalistas e instalar o princípio da pluralidade e da universalidade na comunicação. O maior entrave para isso, afirmou La Rue, é a concentração de veículos. O conceito de liberdade de imprensa é praticamente um consenso no mundo, mas não inclui os radiodifusores comunitários. Porém, La Rue alertou que é necessário compreender que a liberdade de expressão é direito individual e também é direito dos grupos.

Para ele, quando um grupo não consegue acessar um meio de comunicação, muitos direitos são negados. Por exemplo, se os povos indígenas não podem se expressar em sua língua vão perder o direito a manter a cultura tradicional. O relator é responsável por receber denúncias sobre violações ao direito à comunicação e relatar os casos em um informe anual aos governos sobre liberdade de expressão. O problema da criminalização dos radiodifusores. É uma realidade no Brasil que se repete em outros países. O relator da ONU defende o estado como regulador na comunicação. Mas afirma que as sanções deveriam ser definidas pelo Direito Civil e não como crimes, por meio do Direito Penal.

Frank La Rue opinou que as rádios comunitárias não devem ter um papel menor na radiodifusão. E esse fato passa pelo direito de transmitir em potência igual a das rádios públicas e comerciais. Por isso, as leis não deveriam determinar um limite em princípio. No Brasil, a potência máxima é de 25Watts. Na Bolívia é de 50Watts. E a nova lei de meios aprovada no Chile, delimitou 90% do espectro para as rádios comerciais e apenas 10% para as rádios comunitárias. Na Conferência de Comunicação realizada em 2009, no Brasil, a rup-

tura do monopólio das comunicações foi exposto como uma necessidade por entidades de direitos humanos e de comunicação.

Segundo o coordenador da Sociedade de Animação e Comunicação Social (Saks) Sony Esteus, a concentração dos meios de comunicação prejudica a circulação de informações nos momentos de calamidade. Sony contou que após o terremoto de janeiro no Haiti, as emissoras comerciais geraram desinformação e culparam a população pelo desastre natural. Para se ter ideia, chegaram a dizer que o desastre foi um castigo divino pelos pecados cometidos pela população. Segundo dados oficiais, no Haiti existem cerca de 290 meios de comunicação, entre rádios e TV. Dessas, somente 35 são comunitárias.

A nova Lei de Meios da Argentina, que foi tema em tantos debates, é posta como uma referência para garantir a igualdade no resto do continente e outras regiões da rede da Amarc. Pela lei argentina, o espectro é dividido de forma igualitária: 25% são para meios comerciais, 25% para meios públicos e 25% para as comunitárias. Antes de ser aprovada pelos senadores, a nova lei foi intensamente discutida. Implementada, ela pode trazer modificações sensíveis no panorama e ainda contagiar países vizinhos, como Brasil, a aprovarem dispositivos semelhantes que ataquem oligopólios. A nova lei recebeu o apoio de centenas de organizações sociais, de amplos setores da cultura, agremiações e universidades, além da relatoria de Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Unesco. Por isso, a lei argentina se tornou uma referência.

Comunicação é um direito humano

A palestrante Maica Lagman, do projeto Rainbow Rights, das Filipinas, contou que em seu país os meios comerciais apresentam uma visão distorcida dos homossexuais. Esta prática reforça o preconceito já existente na sociedade. As rádios comunitárias contribuem para quebrar essa visão e possibilitam mais diálogo com a sociedade. Emocionada, Maica Lagman reafirmou que é impor-



Maria Pia: Nova presidente da AMARC

tante mostrar que os homossexuais são pessoas comuns.

Já Margareth Sentamu, da rádio comunitária Mama, da África, narrou como o meio alternativo serve de instrumento na luta das mulheres contra o machismo. Ela disse que em Uganda as mulheres são desprezadas e só aparecem nos meios de comunicações comerciais quando são vítimas de violência. O país tem 170 rádios e apenas três são comunitárias. Do total de 170 emissoras, só duas são administradas por mulheres.

O vice-presidente da Amarc Ásia-Pacífico, Ashish Sen, citou entre muitos exemplos de transformação na sociedade a partir da comunicação, uma rádio indiana construída por mulheres dalits. Os dalits estavam abaixo do sistema social de castas na Índia, impedidos de tocar pessoas de outra casta. Com a rádio, as mulheres conseguiram recuperar as práticas de agricultura e alimentação que estavam perdendo. E assim revalorizaram os saberes da sua comunidade, recuperando a identidade local.

João Malerba, presidente do conselho da Amarc Brasil, acredita que discutir a questão da centralidade dos meios de comunicação é o mesmo que intervir diretamente no direito humano à comunicação. “É a garantia fundamental de todos direitos. Especialmente, das minorias, porque a comunicação mexe diretamente na formação das consciências dos povos. E não é necessário garantir somente o direito à comunicação. As pessoas devem ter o direito de ser

Valéria Belozercovsky, da Amarc Argentina, disse que este é o momento de se comprometer “em recuperar o ar que pertence a todos e todas”. Citando o exemplo de uma mulher comum, trabalhadora rural, que também participa em uma rádio comunitária, Valéria lembrou que as emissoras visibilizam as pessoas e as comunidades



informado e também de produzir informação”, enfatizou.

Para Pía Matta, “as rádios comunitárias têm o poder de radicalizar as democracias a partir da valorização da diversidade, que é a riqueza da democracia”. Também enfatizou a necessidade de mostrar os conflitos e os interesses em todo tipo de manifestação. E conclui: “Devemos politizar as diferenças”.

Valéria Belozercovsky, da Amarc Argentina, disse que este é o momento de se comprometer “em recuperar o ar que pertence a todos e todas”. Citando o exemplo de uma mulher comum, trabalhadora rural, que também participa em uma rádio comunitária, Valéria lembrou que as emissoras visibilizam as pessoas e as comunidades.

“Comunitárias” precisam ser comunitárias

A preocupação com o uso indevido das rádios comunitárias e das suas práticas, foi tema de preocupação da pesquisadora Maria Cristina Mata, da Universidade Nacional de Córdoba, na Argentina. Para ela, quem não pode se comunicar perde a identidade. Por isso, as rádios comunitárias têm um papel fundamental na vida das pessoas e das comunidades.

Segundo ela, as emissoras têm o poder de recuperar e valorizar os saberes tradicionais além de fortalecerem as demandas do povo quando dão voz aos cidadãos. Maria Cristina pontuou a importância da comunicação para manter o poder. Então, para ela é bom que existam as rádios comunitárias que mostram os interesses e disputam

o poder com os meios empresariais.

Contudo, a pesquisadora chamou a atenção dos mais de 600 radialistas para a diferença que existe entre discursos e práticas. Maria Cristina enfatizou o desafio da pluralidade para que as rádios comunitárias não repitam as práticas das empresas de comunicação que tanto criticam. “As rádios comunitárias precisam estar atentas aos movimentos sociais que surgem e devem se dispor a dar visibilidade as suas lutas, a ser plurais”. A pesquisadora enfatizou que este discurso é bastante aceito e fácil de fazer. Mas alertou que não é sempre a realidade. “É difícil abrir os microfones para os que têm ideias diferentes das nossas”, afirmou.

A radialista Benilde Nhalevilo, do Fórum Nacional de Rádios Comunitárias de Moçambique, explicou que muitas rádios comunitárias em seu país, na prática, não são geridas pelas comunidades. “Existem rádios na verdade que possuem lideranças aliadas ao governo vigente. Dessa forma, você percebe no discurso que eles não representam a comunidade e sim um partido político. Assim, não é comunitária. É de um grupo de pessoas”, adverte ela.

No Brasil, existem muitos casos de rádios que se dizem comunitárias, mas são usadas por políticos e organizações religiosas. O resultado é que a maioria delas acabam sendo tratadas como rádios piratas tanto pela mídia quanto por setores da sociedade. Pela legislação brasileira, uma rádio pode demorar até 15 anos para ser legalizada.

Para o representante da Amarc-Brasil, João Malerba, um dos exem-

plos que podem explicitar a necessidade entre na prática o discurso de comunitária está no incentivo ao empoderamento das mulheres nas rádios. E a questão da sustentabilidade, para ele, está ligada diretamente nisso. “A mulher tem jornada dupla, tripla na sociedade. A questão do voluntariado nas rádios traz um problema diretamente nisso. Porque a mulher quer participar, mas ela já tem uma jornada muito pesada. Se as rádios são autossustentáveis, o trabalho da mulher pode ser a atuação na rádio. O voluntariado acaba impedido a participação da mulher”, conclui. O novo conselho eleito durante a conferência da Amarc, em assembleia tem 12 integrantes. Apenas três são mulheres.

Quarenta princípios para democratizar a comunicação

A carta final da Amarc10 definiu 40 princípios para a regularização das rádios comunitárias. Os pontos foram votados por mais de 600 radialistas populares. “As rádios comunitárias constroem um espaço público onde diferentes atores se expressam com o objetivo de acelerar as mudanças sociais e aprofundar a democracia”, diz o documento. A carta também ressalta que papel das rádios no desenvolvimento humano e na inclusão de setores excluídos como mulheres, camponeses e pessoas com deficiência.

Como parte dos desafios, a proposta faz um alerta sobre a transição digital: “As modificações nas tecnologias não asseguram por si só a diversidade e qualidade dos meios de comunicação. As possibilidades oferecidas pela tecnologia não de-

vem gerar mais exclusão”, diz a carta da Amarc.

As propostas de declaração da Amarc10 aponta diretamente que “os governos da América Latina devem dar permissão ao funcionamento das rádios e parar com a perseguição penal contra a radiodifusão não autorizada porque esta é uma política repressiva que silencia os mais frágeis”. O presidente da Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual, Gabriel Mariotto, afirmou que para garantir os direitos dos cidadãos de comunicar-se é preciso que a legitimidade das rádios comunitárias vá de mão dada com a legalidade.

Amarc atua em 110 países

A Amarc é uma ONG internacional que atua no movimento internacional de rádios comunitárias. Possui cerca de 4 mil membros associados em mais de 110 países. Seu objetivo é apoiar e contribuir para o desenvolvimento da rádio comunitária e participativa, em consonância com os princípios da solidariedade e da cooperação internacional. Foi fundada em 1983, em Montreal, no Canadá.

Esta é a primeira vez que se realiza um encontro mundial da Amarc na América do Sul. A expectativa é de que o ponto de vista das rádios da América Latina influenciem ainda mais a rede mundial a partir deste evento. As associadas também elegerão os novos cargos políticos na rede da entidade.

Da Redação com informações da agência Pulsar.

Contra a descaracterização da atividade de Oficial de Justiça

Um breve retrato da realidade do trabalho de um Oficial de Justiça na cidade do Rio de Janeiro, escrito por um servidor há 30 anos na função

Paulo Roberto Tavela*

Não se pode perder de vista a MISSÃO DA JUSTIÇA FEDERAL, que acima de tudo é A PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL, não só como instrumento de manutenção da PAZ SOCIAL, seu objetivo maior doutrinário, mas também pela busca de sua efetivação, respaldada por uma QUALIDADE DE EXCELÊNCIA para com o destinatário. O jurisdicionado, por vezes, ao se sentir injustiçado, regride, numa tentativa de fazer justiça pelas próprias mãos, descartando o Estado Democrático de Direito como instituição legal, que, através do Poder Judiciário, é o órgão capacitado à resolução dos conflitos sociais de importância jurídica.

Como se vê, se a paz social depende da jurisdição, não podemos nos enganar que se ela não é prestada com a devida qualidade, livre de pressões e apolítica, rumos outros contrários ao escopo maior da jurisdição poderá percorrer a sociedade.

Com efeito, se o Judiciário determina o que de direito na resolução dos conflitos jurídicos, não há como se questionar a importância do Oficial de Justiça, servidor que, na prática, como *longa manus* da autoridade judicante, executa o que de direito lhe é ordenado, devendo seu procedimento ser cumprido dentro das estritas ordens que recebe, com firmeza, educação, dignidade, com todo sa-

ber jurídico que cada questão de *per si* o exige, sem ser desumano.

Ainda, importa dizer que é o Oficial de Justiça um dos sujeitos da relação jurídica processual, cujas responsabilidades mais se aproximam das do Juiz, certo que o representa no trabalho de campo, trabalhando sozinho, à maioria das vezes longe do fórum, com pessoas dos mais variados níveis sociais, tendo que ter uma série de qualidades para poder desempenhar com exatidão suas obrigações. Tudo sem falar na periculosidade, mormente quando adentra em favelas, fato comprovado inclusive por mim (acredito que também por outros colegas). No exercício da função, já fui assaltado duas vezes, além de ter sido por diversas vezes interpelado por marginais armados quando em diligência.

Congratulo-me com toda a classe dos Oficiais de Justiça Avaliadores (OJA), em especial, os da JUSTIÇA FEDERAL, por, pelo menos, dois grandes motivos:

1º – Pela enorme abnegação ao trabalho que, muitas das vezes superando a capacidade laborativa de cada um, se substancia quando temos uma média mensal que gira em torno dos 12 mil mandados cumpridos. É imprescindível observar que não são diligências, que se computadas, fatalmente chegaríamos às 24 mil. É fato, não se chegaria aos números mencionados se não houvesse dedica-

ção e trabalho de cada um. Como se vê, o estigma de que o Oficial de Justiça “não trabalha”, fenece aos números que se apresentam.

2º – Num momento em que a sociedade se vê cercada por tantos escândalos de corrupção, somos nós, Oficiais de Justiça, alvo de diversas agressões verbais dos executados mais destemperados, tais como: “Pagar imposto pra quê? Para roubar!” Agressões difíceis de serem provadas por trabalharmos solitariamente. São nesses momentos que reluz a altivez de ser Oficial de Justiça, promovendo confiabilidade ímpar à JUSTIÇA a que serve, aliás, o que é uma obrigação, porém, aos olhos do Executado serve como resposta de dignidade e, quiçá, como virtude nos dias atuais.

Uma vez demonstrada sucintamente a importância e a dignidade do Oficial de Justiça, cabe salientar a realidade atual que tem imperado no seu cotidiano, senão vejamos:

Se considerarmos que uma reforma, em princípio, deverá ser implementada por dois fatores básicos, quais sejam: a) O rendimento do trabalho não estar satisfatório e, b) Implantação de melhorias, veremos que o atual contexto se torna inócuo quanto à letra “a”, cujo número “1º” supramencionado, demonstra de maneira inequívoca a produção laborativa do Oficial. Já quanto ao segundo, letra “b”, o que se verá em breve, se é que já não está acontecendo, é a queda de qualidade do trabalho e a demora no cumprimento das diligências em razão das atuais exigências. Senão vejamos:

I – A diminuição do prazo

para cumprimento dos mandados tem se tornado um fantasma, pois que, a tendência atual é de não se correr risco com a permanência dos mesmos, evitando-se assim o pesadelo de um procedimento administrativo. Consequência: diligências menos acuradas e devoluções com pedido de novos prazos para cumprimento do ordenado, o que torna a máquina judiciária mais lenta, tirando a excelência da prestação jurisdiccional de nossa instituição, tudo acrescido por um plantão ordinário cujo absurdo de OJA's convocados em nada contribui para agilizar a aplicação do direito ao caso concreto. Cumpre lembrar RUI BARBOSA ao se expressar:

“JUSTIÇA TARDIA, NÃO É JUSTIÇA”.

II – Em virtude do implementado, há hoje três frentes de trabalho às quais o OJA tem necessariamente que se submeter. Assim, como PRIMEIRA, que se dá quando de sua presença à instituição, para receber mandados, passá-los para o “Sistema Apolo”, gerar guia de remessa, e agora, confeccioná-los. Não custa lembrar, até porque é do conhecimento de todos, as dificuldades corriqueiras que o Sistema mencionado apresenta, gerando por vezes um caos, aumentando pela a fila de espera dos colegas que desejam trabalhar. Situação nunca antes passada que vem a comprometer a excelência e condições de trabalho. Por fim, não resta dúvida quanto às dificuldades apresentadas pelos Analistas/Executantes de Mandados quanto às várias situações que se insurgem desde da certificação digital à confecção de mandado. Fato é que não tem sido negado auxílio aos que têm

A diminuição do prazo para cumprimento dos mandados tem se tornado um fantasma, pois que, a tendência atual é de não se correr risco com a permanência dos mesmos, evitando-se assim o pesadelo de um procedimento administrativo.

Consequência: diligências menos acuradas e devoluções com pedido de novos prazos para cumprimento do ordenado, o que torna a máquina judiciária mais lenta, tirando a excelência da prestação jurisdicional de nossa instituição

dificuldades, mas expressões como: “Isto foi dado no curso..”, causam um certo desconforto a quem seguiu todos os ditames exigidos de um curso que foi dado em tempo recorde, sem a possibilidade de poder repeti-lo ao final. Isto posto, provavelmente não se pode dizer que foi pedagogicamente correta sua implementação.

Como SEGUNDA frente de trabalho temos, também a meu juízo, a mais importante missão, certo que o OFICIAL DE JUSTIÇA-AVALIADOR REPRESENTA O JUIZ no trabalho de campo, ou seja, cumprindo fora do fórum o que lhe é ordenado e, como tal, deve ter consciência da importância da representação, exigindo de si as qualidades que já expusemos acima.

Finalmente, a TERCEIRA frente se consubstancia quando o OJA já confeccionou em sua residência as peças resultantes dos atos que teve de cumprir (certidões, autos, avaliações e tantas outras que se façam necessárias), isto porque é praticamente impossível a elaboração de uma certidão ou ato mais complexo quando inúmeros colegas estão a sua volta esperando ansiosos por um computador vago, assim, a tecnologia do *pen drive* é a solução para que os computadores não fiquem ocupados por mais tempo.

Conclusão dos fatos: o OJA passou a ter três jornadas de trabalho DISTINTAS, quais sejam: na

JUSTIÇA FEDERAL, na ‘RUA’ e em CASA.

Acresce dizer que, no tocante à jornada de trabalho, não há mais horário nem dia para que o OJA exerça sua função, com a aplicação constante do disposto no § 2º, do art. 172, do Digesto Processual Civil Brasileiro, na maioria dos mandados (principalmente nos de execuções fiscais), não raro se trabalha à noite, domingos e feriados, enquanto os colegas de outros cargos têm o repouso merecido. Em *lato sensu*, podemos dizer que o trabalho do oficial de justiça dorme com ele em casa.

Cabe ainda ressaltar, como capítulo à parte na jornada de trabalho, além dos plantões normais, os chamados PLANTÕES DE SOBREVISO que são enfrentados pelos colegas com espírito público ímpar, que como verdadeiros heróis, varam as madrugadas no cumprimento das ordens judiciais, sem dúvida alguma, ARRISCANDO A VIDA PARA QUE A JUSTIÇA SE CONCRETIZE, numa cidade em que a própria polícia se acozarda diante da criminalidade, conforme tem noticiado a mídia.

Assim, não há como desconhecer que o plantão de SOBREVISO É UM PLANTÃO DIFERENCIADO, não importando a quantidade de mandados, mas sim, a tensão, apreensão e, porque não dizer, o temor quanto ao procedimento para que a ordem judicial seja cumprida, o que, inclusive, para ser levada a efeito pode perdu-

rar toda à noite, fato também acontecido com o Oficial que a esta subscrive.

III – Impende ainda dizer do real aproveitamento da transformação das sub-áreas em regiões, sendo pelo que observo entre os colegas, duvidosa tal medida, que, pragmaticamente, tem demonstrado em nada contribuir para agilizar o cumprimento das ordens judiciais, até se mostrado contraproducente face às maiores distâncias percorridas de veículos, numa cidade em que sabidamente o trânsito a qualquer hora é caótico, ou quando pelo aumento das penosas e longas caminhadas, mormente pelos que trabalham na Região Centro. A tudo se soma que a modificação implantada está contribuindo para que o OJA ao trabalhar em área tão extensa, perca a identidade local de conhecer a numeração irregular de determinadas ruas, os levantamentos das vielas não constantes de guias de ruas, a ajuda de associação de moradores, e tantos outros fatores que a prática tem revelado em proveito quando de diligências na mesma área. Observe-se, tudo sem falar do alto preço que se pode pagar por trabalhar em locais não habituais... Conclusão: “A melhor área de trabalho é aquela que o OJA já conhece”, não só em termos de produtividade como de segurança pessoal.

Inegável que, não obstante os colegas mais novos tenham grande saber jurídico, entendo que também não se pode pres-

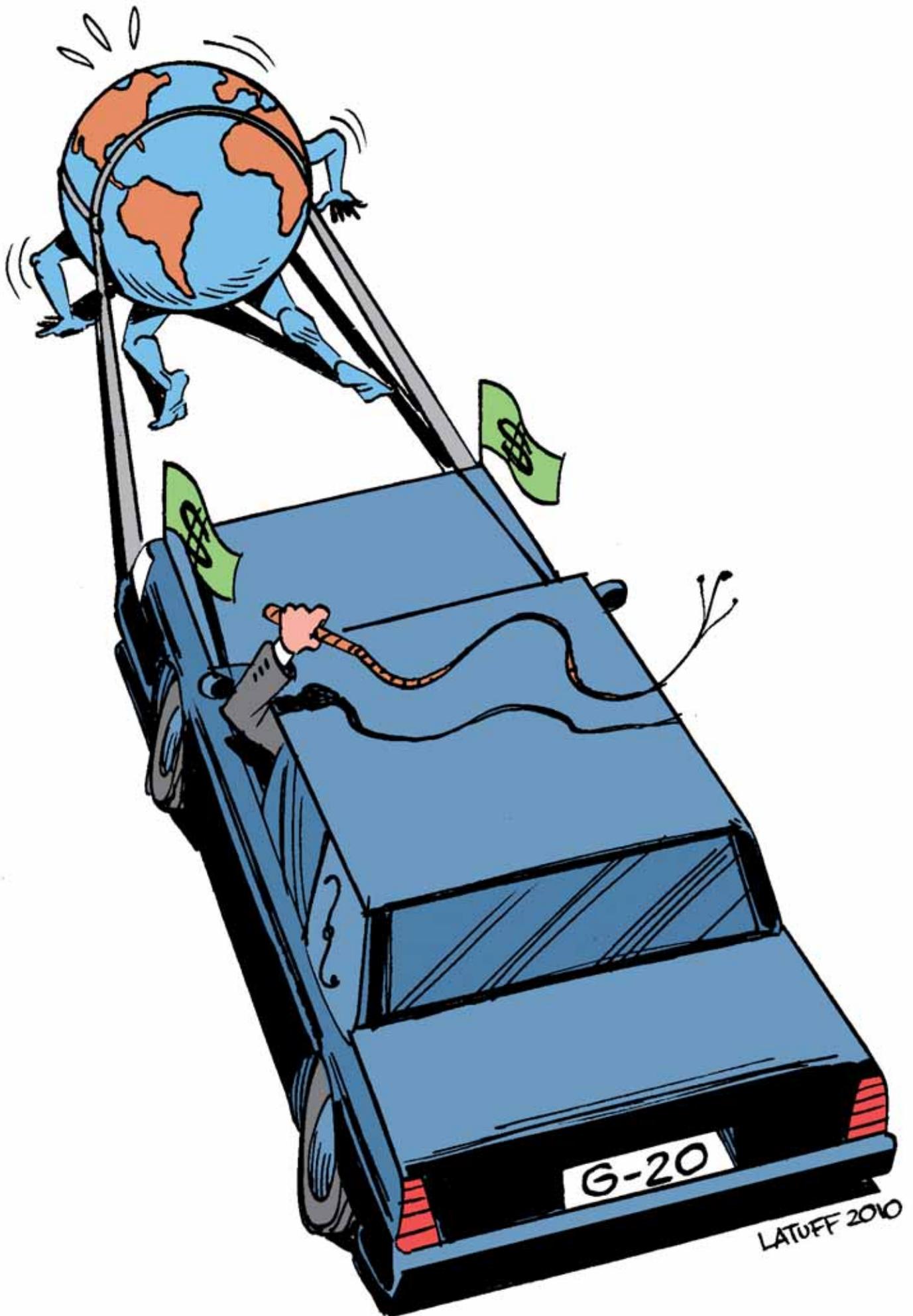
cindir da experiência que os longos anos de trabalho concederam aos mais velhos, que, comungando esforços com os que chegam, prestam-lhes não só a prática essencial ao desempenho da função, como, de resto, a elevada estima pela instituição, pelo que, deve-se levar em consideração o porquê do grande número de pedidos de contagem de tempo de serviço com vista à aposentadoria.

Por derradeiro, não se pode perder de vista que o serventário também é um PATRIMÔNIO PÚBLICO, e, como tal, deve ser cuidado não se lhe expondo a riscos desnecessários, estresse, pressões e tanto outros fatores que possam afetar sua saúde física e mental a determinar afastamento do trabalho, até porque, quem perde é o Poder Público. Quanto a nós, Oficiais de Justiça, cabe não só verificar a estatística de mandados cumpridos, mas também a médica que, quando aponta números excessivos de afastamentos, deve sensibilizar a Administração na investigação das causas prováveis.

Destarte, motiva-me este pequeno opúsculo RETRATAR não só a realidade do trabalho do OJA, na busca de soluções efetivas para um melhor desempenho, como também o enorme apreço, e porque não dizer, o amor que em mais de 30 anos de trabalho se consolidou em meu coração pela instituição que me recebeu ainda jovem, por concurso público, e hoje, já com poucos meses para aposentadoria, sinto-me na obrigação de passar a importância do cargo aos mais novos, cuja missão maior, como já dissemos, a representação de um JUIZ FEDERAL, que não pode ser relegada a atividades outras e plantões desnecessários que em nada contribuem para celeridade da Justiça, mormente uma de excelência em qualidade como é a da JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA NO RIO DE JANEIRO.

Conclusão dos fatos: o Oficial de Justiça passou a ter três jornadas de trabalho distintas, quais sejam: na Justiça Federal, na “rua” e em casa

*Oficial de Justiça – Avaliador Executante de Mandado.



Essa é nossa realidade

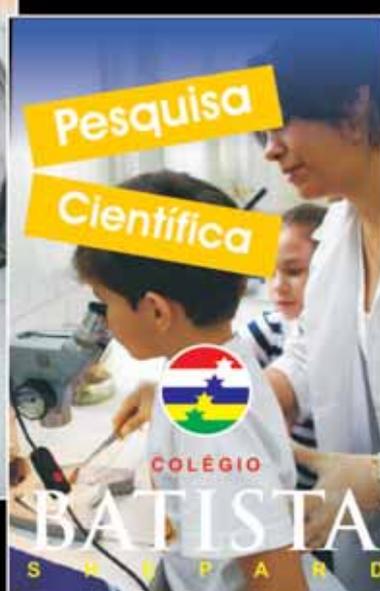
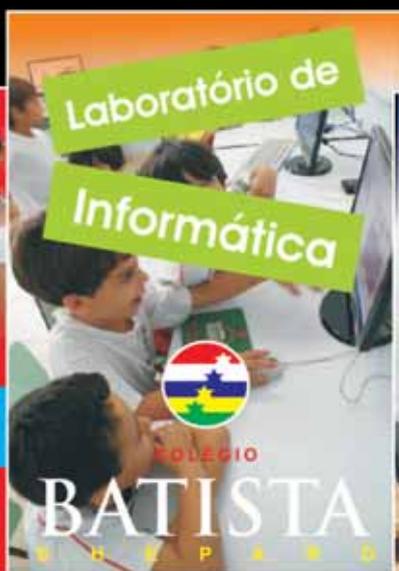
Nossos alunos não estão no mundo para ser como o mundo, mas para transformar o mundo!

Algumas instituições de ensino dizem que fazem, nós, **MOSTRAMOS QUE FAZEMOS!!**

Participe do
nosso
processo
seletivo!

LIGUE JÁ!

2105-0552



Desde 1908 educando com amor!

Nesta sexta-feira, 10 de dezembro

19º Botequim do Sisejufe apresenta

Uma noite em Azul e Branco – Encontro da Família Portelense

Velha Guarda da Portela e Marquinhos de Oswaldo Cruz

Associação dos Empregados no Comércio

Av. Rio Branco, 120 (Galeria do Comércio) – 2º andar
Sexta, 10 de dezembro de 2010, a partir das 19h30min



RS 20* para sindicalizado(a)
RS 40* para não sindicalizado(a)
*show, bebidas e comidas



SISEJUFE